

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

COUTTO, Francisco Pedro Do. *Pedro do Couto (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

PEDRO DO COUTO
(depoimento, 1997)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Carlos Eduardo Barbosa Sarmento; Marly Silva da Motta

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 22/09/1997 a 01/10/1997

duração: 4h 50min

fitas cassete: 05

páginas: 46

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista encontra-se publicada no livro "Crônica política do Rio de Janeiro", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. (Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.)

PEDRO DO COUTTO

Francisco Pedro do Coutto nasceu no Rio de Janeiro em 7 de março de 1934. Jornalista especializado em análises políticas e eleitorais, iniciou em 1954 sua carreira no *Correio da Manhã*, onde trabalhou até o jornal fechar suas portas, em julho de 1974. Foi repórter de *O Globo* de 1972 a 1975, colaborou na *Tribuna da Imprensa* e participou de programas de resenha política e eleitoral nas rádios Globo, Jornal do Brasil e CBN. Escreveu *O voto e o povo* (1966), redigiu verbetes sobre políticos e partidos do pós-45 para a *Grande enciclopédia Delta Larousse* e é co-autor, junto com Antônio Houaiss, de *Brasil, o fracasso do conservadorismo* (1989). Dirigiu por 14 anos o Departamento de Comunicação Social da antiga Legião Brasileira de Assistência e atualmente é diretor do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Sua entrevista foi concedida a Marly Motta e Carlos Eduardo Sarmiento em 29 de setembro e 1º de outubro de 1997.

A transferência da capital

Quando da transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, em 21 de abril de 1960, o senhor trabalhava no Correio da Manhã,¹ que era um jornal contrário à mudança. Como viu o debate que então se travou?

Naquela ocasião havia restrições muito grandes à transferência da capital. Havia até dúvidas. Eu me lembro de que o Gustavo Corção, num artigo no *Globo*, dizia que duvidava que se pudesse ligar o telefone para Brasília, quando alguém de Brasília ligou e ele pensou que fosse até trote... No Congresso, havia uma divisão dos grupos políticos entre os que apoiavam Juscelino e os udenistas. Mas, diante da perspectiva de criação do estado da Guanabara, a UDN passou a ter interesse na mudança porque Carlos Lacerda sentiu que poderia ser o governador do novo estado.

Lacerda, naquele período, era sem dúvida a grande figura política da UDN. Era o líder da oposição na Câmara, uma figura em ascensão no cenário não só estadual como nacional. Vinha de uma vitória, porque em 1958 lançou a candidatura do Afonso Arinos ao Senado e ganhou a eleição com muita facilidade, contra Lutero Vargas. O teto da UDN, que era de cerca de 36% dos votos, foi ali um pouco ultrapassado, Afonso Arinos obteve 41 ou 42%. Lutero era um candidato fraco, e no PTB chegou-se até a pensar na candidatura do Oswaldo Aranha. Eu mesmo, e outro jornalista e historiador amigo meu que trabalhou no CPDOC, Plínio de Abreu Ramos — já morreu —, embora não tivéssemos nada a ver com isso e nem fôssemos do PTB, um dia dissemos: “O PTB tem um candidato natural ao Senado, que é Oswaldo Aranha. Por que o Lutero, então? Vamos à casa do Oswaldo Aranha dizer isso a ele”. Fomos à casa do Cosme Velho, e naquele dia ele estava muito preocupado com uma eleição que ia disputar, para patrono ou paraninfo da turma do Caco, da Faculdade Nacional de Direito. Era um homem emotivo, os olhos estavam sempre molhados, nunca muito longe das lágrimas — aliás, se não fosse a emoção dele em 30, não teria havido a revolução que levou Getúlio ao poder. Getúlio tinha a frieza que Oswaldo Aranha não tinha, e Aranha tinha a emoção que Vargas não tinha. Os dois se encontraram, e esses encontros ao longo da história são fundamentais.

Enfim, falamos com Oswaldo Aranha, e ele se mostrou receptivo. Era um homem educadíssimo, e uma síntese que se pode fazer dele é aquilo que uma vez Adail de Moraes, jornalista no Rio Grande do Sul, pai do ex-ministro Pratini de Moraes, escreveu: “Oswaldo Aranha: quem não quiser gostar dele evite conhecê-lo”. Aranha e Juscelino eram pessoas de uma capacidade de sedução pessoal enorme. Saímos dali impressionados, porque Oswaldo Aranha, depois de ter sido deputado federal, ministro, embaixador, chanceler, o principal responsável na área civil pelo alinhamento do Brasil contra o Eixo, o primeiro presidente da Assembléia Geral da ONU, esse homem que tinha sido tudo, menos presidente da República, estava preocupado com uma eleição no Caco!

Mas Oswaldo Aranha acabou não sendo o candidato do PTB, a UDN venceu a eleição com Afonso Arinos, e isso embalou o Lacerda para 60. Deu a ele a certeza de que ganharia o governo da Guanabara. Abriu uma perspectiva, e política é sempre, como disse Juscelino mais de uma vez, esperança e perspectiva.

¹ O *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt. A partir de 1923 teve como redator-chefe o senador alagoano Pedro da Costa Rego, e de 1929 em diante passou a ser dirigido por Paulo Bittencourt, filho de Edmundo. Durante grande parte de sua existência foi um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se destacado como um jornal de opinião. Ver *DHBB*, op. cit.

Os políticos certamente apoiaram ou combateram a transferência da capital em função de seus interesses mais imediatos. Mas qual era o sentimento da imprensa? Parece que havia um certo temor de que, com a transferência da capital, o Rio perdesse a condição de centro político.

Como disse Machado de Assis, cada obra pertence ao seu tempo. Cada fato também pertence ao seu momento. Criou-se um sentimento de resistência à mudança da capital, mas esse sentimento acabou caindo porque, no fundo, num estilo bem brasileiro, muitos achavam que a mudança não seria para valer. Achavam que Juscelino tinha feito Brasília como compromisso de campanha, que a capital ia mudar nominalmente, mas que no Rio tudo ia continuar na mesma. Mas é preciso dizer que essa história de achar que no Brasil não acontece nada, que as coisas não mudam, é um engano: a verdade é que Getúlio se suicidou, Café Filho foi impedido, Carlos Luz foi impedido, dois movimentos político-militares garantiram a posse do presidente eleito Juscelino, Jânio Quadros renunciou, João Goulart foi derrubado, Castelo Branco foi parcialmente derrubado, Costa e Silva também... Aconteceu muita coisa! Collor foi impedido! É um pouco de ilusão achar que na política brasileira não acontece nada. O que não acontece é ladrão ir para a cadeia, isso não é da tradição brasileira; mas o resto acontece, os fatos estão aí. Quer coisa mais grave do que um presidente da República ser impedido de continuar no governo? É um acontecimento! Nos Estados Unidos nunca ocorreu o *impeachment* de um presidente.

Mas voltando a 60: muitos achavam que aquilo não era para valer, que todo mundo ia viver na ponte aérea, até porque o presidente Juscelino também recorria muito à ponte aérea para fazer a defesa da capital. Dizia-se: “Brasília vai funcionar de terça a quinta ou sexta-feira” — como é até hoje, aliás — “mas o Rio vai continuar sendo o centro político”. Na verdade, não continuou.

Duas coisas, então — a posição udenista querendo conquistar o governo do estado da Guanabara, que surgia com a transferência da capital, e a perspectiva de que nada ia mudar — , terminaram criando as condições necessárias para consolidar a idéia da mudança, que enfrentava muitas dificuldades mas também tinha alguns apoios na imprensa. Por exemplo, a *Última Hora*, que era um jornal importante, apoiava integralmente a transferência; assim também a *Manchete*, que na ocasião fez reportagens lindas, principalmente sob o aspecto visual, fotográfico. A *Manchete* na época revolucionou, criou uma preocupação com a beleza da foto e da cor. Seus fotógrafos deram essa grande contribuição, detonaram o processo visual que já vinha sendo ajudado pela televisão.

Enfim, a capital terminou se consolidando. Mas custou. Jânio Quadros, no início do seu curto governo, dizia que a Belém-Brasília, uma das últimas obras inauguradas por Juscelino, era “uma estrada para onças”. Muitos afirmavam: “A capital volta, não vai se consolidar”. João Goulart ficava aqui no Rio metade da semana, na outra ia para Brasília — foi deposto no Palácio Laranjeiras, saiu dali para pegar o avião e ir para o Sul. Castelo Branco vinha sempre aqui, Costa e Silva assinava as cassações no Laranjeiras. Às vezes, não se sabia se o ministro estava em Brasília ou no Rio. Esse sistema durou bastante tempo, até o Médici, que foi o homem que ficou em Brasília mesmo e consolidou a cidade. Era previsível — na ocasião eu disse isso — que o centro político saísse do Rio de Janeiro, porque ele não poderia ficar longe do centro do poder. Onde estava o Congresso, onde estavam os ministérios, era lá que iriam acabar desaguando os interesses, era lá que as pessoas iriam procurar as autoridades do governo, e não mais no Rio. O Rio iria perder importância política, mas isso só ocorreu realmente nove anos depois da mudança, quando o Médici fincou o pé em Brasília.

O senhor sem dúvida acompanhou a tramitação da Lei San Tiago Dantas, que criou o estado da Guanabara.²

Sim. San Tiago Dantas era deputado do PTB. Tinha sido eleito em 1958 pelo PTB de Minas, por uma coincidência com 58 mil votos. Foi ele o autor da lei que convocava as eleições na Guanabara junto com as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1960 e até antecipava um pouco a posse do governador. Tanto que Lacerda assumiu no dia 5 de dezembro de 1960.

Mas antes de a Lei San Tiago Dantas ser promulgada, houve um debate, sobre se o Rio de Janeiro se transformaria em estado da Guanabara ou se fundiria ao antigo estado do Rio. Como a imprensa acompanhou essa discussão?

Essa idéia da fusão existiu, mas veio muito branda no debate daquela ocasião. Depois, em 1975, ela veio com força, mas naquele momento só uma voz ou outra se levantou. Havia resistências no antigo estado do Rio e no então Distrito Federal, até porque, havendo a fusão, os partidos perderiam vagas na Câmara Federal. Diminuiria também a representação no Senado. Três senadores da Guanabara e três senadores do estado do Rio, eram seis vagas no Senado; se houvesse a fusão, seriam três no total, como é hoje. O debate no Congresso perdeu força porque não interessava às bancadas regionais que houvesse a fusão, já que ela significaria perda de mandatos na hora da renovação.

Para fazer a fusão seria necessário aprovar uma emenda constitucional, e parece que não houve uma articulação real nesse sentido.

Não houve nada. Teria que haver até um plebiscito. Era o texto da Constituição, como também era em 75, quando a fusão afinal foi feita. A tese do Célio Borja³ de que a Guanabara já era um município era falsa. Não era, foi uma interpretação extremamente forçada, sem base na realidade legal. A fusão foi uma idéia absurda que prejudicou muito o Rio de Janeiro.

Pensando agora nos reflexos da transferência da capital sobre os grandes jornais cariocas: cobrir a Câmara dos Deputados quando o Rio de Janeiro era a capital federal certamente era bem mais simples. Pelo menos o percurso das redações até o Palácio Tiradentes podia ser feito a pé... Como os jornais encararam a tarefa de cobrir Brasília, uma cidade onde o telefone, como o senhor acabou de contar, era uma coisa da qual se duvidava?

² Como vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 1960, San Tiago Dantas foi encarregado de elaborar dois projetos: o da organização de Brasília, o novo Distrito Federal, e o da criação do estado da Guanabara, já prevista pelo artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Seus projetos foram atacados pelo deputado udenista Meneses Cortes, autor de emenda constitucional que previa a fusão do ex-Distrito Federal com o estado do Rio mediante plebiscito. Após acordo entre os diferentes partidos, a Lei nº 3.752, chamada Lei San Tiago Dantas, de criação do estado da Guanabara, foi finalmente promulgada em 12 de abril de 1960, pouco antes da mudança da capital. Ver Marly Silva da Motta, *O Rio de Janeiro continua sendo... De cidade-capital a estado da Guanabara* (Rio de Janeiro, UFF, 1997. Tese de doutorado).

³ Líder da Arena na Câmara dos Deputados, em 1974 Célio Borja desempenhou papel fundamental como articulador do projeto de fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, promovendo campanha no sentido de legitimá-la como ato constitucional do governo, mesmo sem a realização de um plebiscito. O projeto de fusão foi enviado pelo presidente Geisel ao Congresso em 3 de junho de 1974 e aprovado em 1º de julho, transformando-se então na Lei Complementar nº 20. A lei previa para 15 de março de 1975 o início efetivo da fusão. Ver Marieta de Moraes Ferreira e Mário Grynszpan, "A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, Espaço Plural, nº 28, 1994.

Eles se prepararam, até porque a transferência da capital coincidiu com a substituição do teletipo pelo telex. Hoje o teletipo até voltou a ter importância, mas naquela ocasião, quando os Correios e Telégrafos instalaram o telex, foi um avanço extraordinário. Os jornais, antes do telex, eram abastecidos por empresas como a American Cable, que recebiam as transmissões de teletipo. No caso das matérias internacionais, o fornecimento era por cabo submarino. Eu me lembro bem de que, no *Correio da Manhã*, os dois primeiros telex instalados, por volta de 60, 61, funcionavam a uma velocidade de seis segundos por linha. Hoje o teletipo das agências faz um segundo por linha, um pouco menos, talvez. Mas a velocidade do telex, naquela época, supria bem as necessidades. Outra coisa, também, foi que os telefones dos jornais começaram a ter prioridade de instalação em Brasília. Na ocasião começava-se a montar o sistema de telecomunicação no país. O telefone de Brasília para as redações no Rio funcionava em microondas. Mas a principal ponte de comunicação era mesmo o telex, e o sistema funcionava bem, sem interrupção. O *Correio da Manhã* montou uma boa sucursal em Brasília, e os outros jornais também. Brasília não ficou isolada. A comunicação garantiu a viabilidade da cobertura da imprensa.

Agora, enquanto o Rio era a capital, não há dúvida de que era praxe os jornalistas se reunirem com os políticos no Palácio Tiradentes ou no Monroe, e de que aquilo era uma festa para nós. O comentarista político é um pouco como o crítico de cinema ou de teatro: ele gostaria, talvez, de ser um personagem daquele mundo. Sabe-se lá que fantasias passam na cabeça dessas pessoas quando elas penetram naquele universo mágico? No fundo, se não gostassem daquilo, não estariam ali.

Outra característica forte que todo jornalista tem é a ansiedade, que vai acompanhá-lo desde o momento em que ele entra no jornal até a morte. Se ele não fosse ansioso, não seria jornalista. O que é o jornalismo, no fundo? É, hoje, uma ponte entre o ontem e o amanhã. Você tem um compromisso com o imediato. A beleza que há no jornal é que ele tem que sair no dia seguinte, não existe esse negócio de “depois eu faço”, “volta aqui mais tarde”, “daqui a uma semana eu penso”... Negativo, é agora que você vai fazer. Isso dá ao jornalista uma ansiedade que pode ser ao mesmo tempo uma angústia e um prazer, é uma mistura das duas coisas. O verdadeiro jornalista sempre acorda cedo no dia seguinte e vai espiar o jornal na banca para ver o que escreveu, para ver se de alguma maneira passou a informação, se com aquela informação mudou alguma coisa. O jornalista visa um processo de compreensão. Compreender, no fundo, é fabricar. Do momento em que você compreende alguma coisa, o seu pensamento é outro. Daí a necessidade que o jornalismo tem de uma linguagem clara e imediata.

As eleições de 1960: contexto e candidatos

Como foi a campanha para a eleição do primeiro governador da Guanabara, em outubro de 1960? Parece que o PTB teve dificuldade de encontrar um candidato para disputar com Carlos Lacerda, até que a escolha recaiu em Sérgio Magalhães. Como a imprensa se comportou diante dessa disputa?

Essa campanha foi sensacional, sensacional! Era confusão todo dia, havia até brigas. O termômetro das eleições no Rio sempre foi a Central do Brasil: o tempo esquentava quando o pau quebrava na Central, aí é que o eleitor se emocionava. Toda eleição, aliás, é sempre marcada por um tom de emoção inevitável. Na eleição para prefeito aqui no Rio em 1996, por exemplo, a emoção veio nos dias finais com o Chico Alencar. Não veio com o Conde, que ficou onde estava, não veio com o Sérgio Cabral. Veio com o Chico Alencar, que em uma semana subiu de 8 para 18 pontos. Mas ele não chegou lá, e depois, a meu ver, assumiu uma posição totalmente absurda, de mandar anular o voto. Isso não se faz! Não é possível, não aceito esse negócio!

Em 1960, quando teve início a campanha aqui na Guanabara, o processo sucessório presidencial já tinha sido detonado. O general Lott tinha deixado o Ministério da Guerra com uma grande comemoração em frente ao Palácio Duque de Caxias, no Rio, no final de março ou início de abril, pouco antes da transferência da capital para Brasília. Ainda assim sua candidatura encontrava resistências na área do PSD e do PTB. Era um candidato pesado, mas que se propunha dar continuidade ao Juscelino, ao contrário do Jânio. A candidatura Jânio já estava colocada, e a candidatura Lott iria se colocar até por pressão militar, porque Juscelino bem que tentou Juracy Magalhães. Ele depois me disse que queria ver se tirava o país do impasse entre as forças militares que derrubaram Getúlio em 24 de agosto de 1954 e as que garantiram a sua própria posse em 11 de novembro do ano seguinte.⁴

Lott era o principal representante destas últimas.

Sim, mas para compreender esse processo, hoje, é preciso lembrar a situação do Juscelino. Juscelino tinha uma base político-militar que ele não podia alterar: eram o general Lott no Ministério da Guerra e o general Denys no comando I Exército. Como o general Denys, em 1956, ano da posse, chegava à idade em que tinha que ir para a reserva, Juscelino tinha mandado uma mensagem ao Congresso adiando essa transferência por dois anos. Ao fim de dois anos, mandou-o para a reserva, mas em seguida reconvocou-o para o serviço ativo.⁵ Vejam como a sua base político-militar era estreita: ele teve que fazer uma lei para manter um homem no comando do I Exército, sem o que não estaria garantido...

Denys, na verdade, era o grande avalista de Juscelino e o verdadeiro autor do 11 de novembro, mais que o Lott. Na madrugada daquele dia, Lott acordou no meio da noite, viu luz na casa do Denys — a casa do ministro ficava ao lado da comandante do I Exército — e dirigiu-se para lá. Atravessou o jardim e assim se incorporou ao movimento político-militar. Denys tinha decidido agir contra a forma, que considerava absurda, como Carlos Luz tinha tratado o Lott. No “Repórter Esso”, na TV Tupi — era uma espécie de “Jornal Nacional” da época —, Gontijo Teodoro leu a notícia da demissão do Lott começando assim: “Depois de esperar duas horas e 40 minutos pelo presidente Carlos Luz, o general Lott entregou o cargo de ministro da Guerra...” Quando o Denys ouviu aquela notícia, aquilo lhe causou revolta. Se a notícia não tivesse sido lida daquela maneira, talvez ele não tivesse tido o mesmo ímpeto para o fazer o que fez. Quem sabe essa notícia não detonou o processo, não ajudou até mais o Denys do que o Lott...

⁴ Na crise que marcou os últimos momentos de seu governo em 1954, Getúlio Vargas enfrentou intensa oposição da UDN, aliada a setores militares que tinham como expoentes os generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, entre outros. Após a vitória de Juscelino na eleição de outubro de 1955, setores militares opostos aos primeiros, aglutinados em torno do ministro da Guerra demissionário, general Henrique Teixeira Lott, e do comandante da Zona Militar Leste, general Odylio Denys, levantaram-se para garantir a posse do presidente eleito, que consideravam ameaçada, promovendo o que foi chamado de contragolpe preventivo. O movimento destituiu, em 11 de novembro, o presidente interino Carlos Luz, impediu, em 21 de novembro, a volta do presidente Café Filho, que se tinha afastado por motivo de saúde, e entregou o poder a Nereu Ramos, para que este o transmitisse na data prevista, ou seja, 31 de janeiro de 1956, a Kubitschek. Empossado na presidência, Juscelino, por sua vez, manteve o general Lott e o general Denys em seus postos. Ver *DHBB*, op. cit.

⁵ Com base na Lei nº 2.837, conhecida como “Lei Denys”, promulgada em 31 de julho de 1956, no dia seguinte Juscelino Kubitschek assinou decreto adiando por dois anos a transferência do general Denys para a reserva. Em agosto de 1958 a transferência se consumou, mas o presidente reconvocou o marechal para o serviço ativo. Ver *DHBB*, op. cit.

O fato é que a base do Juscelino era extremamente instável. E na hora da sucessão, ele não podia vetar o Lott. Mas também não o apoiava. De qualquer maneira Lott saiu candidato e foi para as ruas, enquanto Denys assumia o Ministério da Guerra.

A importância que a eleição de 60 teve, e com a qual chegou ao Rio, foi enorme pelo seguinte: ela se apresentou como o primeiro embate marcadamente ideológico. Não quero atribuir à palavra “ideológico” um peso que ela não tem. Ontem mesmo li na *Folha de S. Paulo* um historiador inglês dizendo que ideologia não pode ser sinônimo de esquerdismo, ou nazismo, ou outra coisa qualquer. O que quer dizer ideologia? É a lógica da idéia, seja ela qual for. O fato é que as campanhas antes não tinham um conteúdo tão profundo como teve a de 60. Por que isso? Porque Juscelino, com um governo extraordinário, não fez o Brasil avançar 50 anos em 5, não, fez o Brasil avançar 100 anos! Pegou o petróleo com uma produção de 5 mil barris/dia e deixou com 100 mil barris/dia. Pegou uma energia elétrica com nem 1 milhão de kW e deixou com 5 milhões. E foi por aí. Indústria de automóveis: o primeiro carro produzido no Brasil foi o DKW, em 58. A Volkswagen iniciou a produção em 59 e logo derrubou totalmente a DKW. A economia teve um enorme êxito no governo Juscelino. A população crescia muito, 3% ao ano, mas o Produto Interno Bruto ia a 8, a 9%. Então, não se ouvia falar em desemprego. Diz-se que foi a Previdência Social que financiou a construção de Brasília: por que isso? Porque a Previdência Social tinha dinheiro suficiente. E por que ela tinha dinheiro suficiente? Porque ela arrecada sobre a folha de salários. Se o emprego estava alto, a arrecadação estava alta.

A verdade é que Juscelino levou o debate econômico às ruas. O povo começou a vibrar com os resultados econômicos como vibrava com competições esportivas. Paralelamente a isso, pessoas muito equipadas, como Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Jesus Soares Pereira e Domar Campos, revezavam-se no espaço “Sob o ponto de vista nacional”, na página 4 da *Última Hora*. Esse debate ganhou as ruas no Brasil pela primeira vez, porque antes ele não existia. Houve debate social com Getúlio Vargas, mas não debate econômico.

A consequência disso foi que três grandes pontos motivaram a campanha eleitoral de 60: reforma agrária, remessa de lucros e petróleo. E em torno desses pontos houve um acirramento das posições ideológicas: uns eram contra o monopólio do petróleo, outros a favor, contra a reforma agrária, a favor... Havia uma pressão para que Juscelino abrisse o monopólio, mas o general Lott disse que a Petrobras era intocável, e Juscelino manteve isso. Já a reforma agrária, foi algo que Juscelino não fez. O setor mais fraco do seu governo era a área rural. A Fundação Getúlio Vargas, com Bulhões, Chacel, Kafka — que depois foi para o Fundo Monetário Internacional, agora parece que está se aposentando —, sempre criticava a pouca atenção do governo à agricultura. Hoje, quando se fala em assentamento, reforma agrária, as pessoas das gerações mais novas podem pensar que o debate é novo. Não é. É um debate que já tem 37 anos e que foi um dos pontos principais das eleições de 60.

Nesse contexto ideológico, Lacerda lançou-se candidato na Guanabara, evidentemente pelas forças conservadoras, porque esse era o caminho dele. E então houve o problema de definir quem seria o adversário do Lacerda, uma vez que o próprio PTB estava preocupado com a derrota do Lutero em 58 e achava que, de fato, a candidatura de Carlos Lacerda seria imbatível nas urnas. Levaram o problema ao Jango, mas é preciso dizer que o Jango era um homem de atuação muito nebulosa, foi até criticado uma noite na ABI pela filha do general Lott por suas vacilações — eu estava lá e assisti, ela se referia a “misteriosas palavras de ordem”. E o Jango então se omitiu, o que aliás era uma característica sua: ele não gostava de conversas muito sérias e de situações difíceis, só queria assuntos leves. Era um homem formidável, mas não tinha apelo para enfrentar dificuldades.

E como foi feita então a escolha do candidato do PTB?

Pensou-se, no PTB, no Ademar de Barros. Achou-se que esta seria uma composição ideal: Ademar no Rio para governador, apoiando Lott no plano federal. Mas a idéia, como todas as idéias planejadas, não deu certo. Se planejar idéia desse certo, não haveria problemas no mundo... A idéia do Ademar fracassou e ficou um vazio, até que a esquerda do PTB resolveu empalmar a campanha e lançou Sérgio Magalhães. Mas havia a resistência do Jango. Então, o que fizeram? O Partido Socialista foi o primeiro a lançar o Sérgio, para criar o fato consumado. Em seguida ele teve o apoio do Movimento Nacionalista Brasileiro, que era um movimento não-partidário, composto em grande parte por militares, mas por civis também — eu mesmo era um deles, estava no *Correio da Manhã* mas assistia às reuniões. A candidatura do Sérgio, entretanto, decolou muito fraca.

Teve pouco apoio da mídia?

Pouco. O *Correio da Manhã* era mais Lacerda do que Sérgio, embora noticiasse os dois lados; a *Última Hora* entrou na campanha do Sérgio mas custou; os outros jornais todos estavam com Lacerda até o pescoço.

Como se conciliavam suas posições, de membro do Movimento Nacionalista Brasileiro, engajado na campanha de Sérgio Magalhães, e as do Correio da Manhã? Havia briga na redação?

Não. Como o jornal distribuía tarefas — “esse repórter cobre esse candidato, aquele cobre o outro” —, então se definia: “Esse camarada está com o Sérgio, cobre o Sérgio; aquele outro está com o Lacerda, cobre o Lacerda”. Até mesmo para evitar problemas. Porque era impossível ficar alheio à campanha. Para vocês terem uma idéia, mesmo não havendo recadastramento imediato naquele tempo, o índice de abstenção foi mínimo, de uns 10 ou 11% no Rio. A campanha empolgou mesmo, e o índice de votos nulos e brancos foi um dos menores da história, 6 ou 7%, quando taxa mais comum é de 10%, e tem ido até a mais de 15%, quando o eleitor acha que o seu voto não vale. Marcello Alencar foi eleito prefeito do Rio com 25% ou 23% de votos nulos e brancos.

A campanha de 60 na Guanabara: pesquisas e projeções

É claro que a campanha não empolgou desde o início. Lacerda vinha disparado na frente. Mas então ele próprio e os setores conservadores resolveram apoiar uma segunda candidatura. Dizem que os conservadores nunca se dividem, e que as esquerdas só se encontram na prisão... Os conservadores não se dividiram, mas gastaram dinheiro na candidatura do Tenório Cavalcanti. É que a UDN sentiu, mais do que o PTB, que as grandes massas urbanas não correm de ponta, como se fosse uma corrida de cavalo. Custam mais a se decidir. A UDN percebeu que no final as classes pobres do Rio poderiam ir para o PTB, e que tinha que haver um candidato que assumisse esse papel. Daí o apoio ao Tenório, que teve 20% dos votos. Lacerda teve 36%, Sérgio 33, Tenório 20 e Mendes de Moraes 5.

A par do apoio que Tenório recebeu dos setores ligados a Lacerda, seu jornal, Luta Democrática, não teve um peso expressivo na votação que obteve? Aliás, como era vista a Luta pelos outros jornais?

A *Luta Democrática* teve um peso sim. Naquele tempo a *Luta* rivalizava com *O Dia*, depois foi que começou a perder. Era um jornal de escândalos, de manchete, mas era um jornal que influía. Vendia uns 80 mil exemplares no Rio, mais ou menos, muita gente lia, tinha aquele negócio do “homem da capa preta”,⁶ crimes, essas coisas. Manchetes às vezes

⁶ Tenório Cavalcanti, político de Duque de Caxias e proprietário da *Luta Democrática*, era conhecido por seu envolvimento em episódios sensacionais, sempre envolto em sua capa preta sob a qual escondia a metralhadora

muito interessantes, muito bem-feitas, dentro da linguagem que o jornal colocava. Ninguém de jornal tinha preconceito contra um jornal que atuasse daquela maneira, na área do crime. Contra a imprensa marrom, aquelas revistas *Confidencial*, *Escândalo*, sim. Mas contra a *Luta*, não. Era um jornal diário, vibrava muito, seus leitores acompanhavam a candidatura do Tenório. Era uma ocasião de grande vibração na política do Rio.

Quando Sérgio Magalhães começou a subir e a campanha animou, houve alguma tentativa de convencer Tenório a desistir da candidatura?

Não. A informação que todo mundo tinha é de que havia um pagamento muito grande, até via Light, para manter a candidatura dele. E ninguém poderia arredar essa candidatura, a não ser com um investimento significativo. De qualquer maneira Juscelino não queria arredá-la, nem Jango, porque Juscelino temia o esquerdismo que estava embutido na candidatura de Sérgio Magalhães, e Jango temia a sua própria ultrapassagem na liderança do PTB. Brizola já tinha vencido em 58 no Rio Grande do Sul, Roberto Silveira, pai do atual prefeito de Niterói Jorge Silveira, tinha vencido no antigo estado do Rio de Janeiro... Era a nova geração do partido. Sérgio no Rio, que era o centro nervoso, o centro político, podia significar a superação do Jango. Brizola era parente dele, Roberto Silveira não preocupava muito porque não tinha um caráter tão ideológico, mas o Sérgio vinha marcadamente apoiado pelos esquerdistas, nacionalistas, comunistas, que estavam entusiasmados com a campanha.

Ao que parece, Sérgio Magalhães tinha tudo contra ele. O que havia a seu favor?

A favor dele só havia esse sentimento esquerdista e nacionalista e o entusiasmo que o nome dele despertou, de um sujeito íntegro e honesto na política, como aconteceria com Mário Martins anos depois.⁷ Sérgio era um desses espécimes dos quais se diz: “De fato, esse cara é um sujeito honesto, é um sujeito que está querendo fazer alguma coisa, não está querendo ganhar dinheiro, fazer negócios”. Embora isso, negócios e dinheiro, seja próprio do universo político. Mas estou falando sob o ângulo do eleitor. O eleitor espera um sentimento de pureza, uma coisa às vezes até quixotesca, e isso marcava o Sérgio.

Sérgio esteve a pique de desistir da campanha. Houve um comício no Méier a uns 20 e poucos dias da eleição, ele estava quase desistindo, quando um popular chegou e disse: “Estou gostando muito das suas pregações por isso, por aquilo...” Aí ele ficou, não saiu. Mas ele sentia que o partido não estava vindo, que Jango não falava no nome dele, que Juscelino não empurrava. Ele se sentiu sozinho, até o momento em que o eleitor anti-Lacerda, que era um grande divisor de águas no Rio, percebeu que quem estava na melhor posição para receber a bola e fazer o gol, como no futebol, era o Sérgio, e não o Tenório. “Então, vamos com o Sérgio!” De repente, faltavam uns 10 dias, e o Sérgio começou a subir de maneira fulminante, avassaladora.

Os jornais na época faziam pesquisas de opinião?

Faziam, mas naquele tempo a lei era diferente, era proibido divulgar a partir não sei se de um mês ou 15 dias antes. As pesquisas também não eram tão consolidadas como hoje. Hoje tudo é pesquisa, mas naquele tempo havia poucos jornalistas que acreditavam. Fui o primeiro deles. Eu conhecia o Paulo Montenegro do Fluminense, pois ele praticava esporte lá, e o reencontrei em 1955 no Ibope, na campanha do Juscelino. Eu estava começando no jornal,

apelidada de “lurdinha”. Ver Israel Beloch, *Capa preta e lurdinha: Tenório e o povo da Baixada* (Rio de Janeiro, Record, 1986).

⁷ Tendo tido já uma experiência como deputado federal pela UDN do Distrito Federal e a seguir da Guanabara (1955-1961), o jornalista Mário Martins, pouco tempo depois do golpe de 1964, passou a fazer oposição ao regime militar. Tal postura garantiu-lhe mais de 360 mil votos na eleição de 1966 para o Senado, na legenda do MDB. Ver *DHBB*, op. cit.

e Juscelino, no encerramento da campanha, fez uma reunião com jornalistas na rua do Carmo e mostrou um mapa baseado na pesquisa do Ibope. Disse: “Vou ganhar. Ganho aqui, ganho ali, aqui perco”. Quando chegou no Paraná, disse: “Aqui há dúvida”. O candidato do PSD, que era forte, Moisés Lupion, resolveu apoiar Ademar de Barros nos 15 dias finais; se não fosse isso, Juscelino teria vencido no Paraná. Juscelino ainda arrematou: “Não se preocupem. Vou sair atrás nos primeiros dias, porque a apuração em São Paulo” — onde Ademar vencia — “vai mais rápido do que Minas, mas passo no terceiro dia”. Aquilo me impressionou muito, porque aquela previsão do Ibope se confirmou integralmente. Em 1954 tinha havido um erro do Ibope em São Paulo, dando Ademar e não Jânio. Quase que o Ibope fechou, porque houve uma diferença de 2% dos votos...

Hoje isso se chama empate técnico...

Pois é. Mas naquele tempo muito poucas pessoas acreditavam em pesquisa. Sempre acreditei porque tinha percebido, quando acompanhava comícios — naquele tempo havia comícios, hoje não há mais —, como é diferente o modo de pensar da área do subúrbio e da área da Zona Sul, das áreas de classe média e das áreas pobres. Essa divisão foi que me deu a certeza de que era preciso fazer uma síntese das opiniões. No dia da eleição de 1965, por exemplo, alguém que acordasse em Ipanema teria a noção de que o Flexa Ribeiro venceria o Negrão; quem acordasse em Madureira, acharia que o Negrão era barbada. As duas visões eram setoriais, e você não pode se deixar levar pelo seu ambiente apenas. Daí a importância da pesquisa, porque ela abrange todas as classes, todas as categorias. O Ibope ainda não era a potência que é, mas já usava como metodologia o perfil da renda, como até hoje. E funcionava, fez grandes acertos. Os erros da história do Ibope são poucos.

A verdade é que a pesquisa reflete uma coisa que o sujeito sente na rua. Se você sai na rua, e um candidato está subindo, você sente. A pesquisa vem confirmar com números aquela sua sensação. De repente você sente que o candidato não está saindo do lugar, os eleitores do candidato não estão com entusiasmo: é um sintoma de que não há progressão, não há calor na candidatura. Em 60, de repente, o calor se concentrou na candidatura do Sérgio Magalhães. Mais um dia, e ele teria passado facilmente.

Se houvesse, como hoje, um acompanhamento da evolução do eleitorado de Sérgio Magalhães até os últimos dias, o senhor acredita que teria havido migração de votos do Tenório para ele?

Acho que sim. Não acho que ele pudesse tirar voto do Lacerda. Várias vezes na campanha, eu e um major do Movimento Nacionalista, um homem muito inteligente, Hugo Amorim de Lima, dissemos ao Sérgio: “Sérgio, você está subindo, mas para vencer tem que atacar o Tenório. Aí é que estão os seus votos. Você não tira um voto do Carlos Lacerda. Ele tem as mal-amadas, tem não sei quem...” Antônio Maria fez um programa uma noite na televisão que incomodou o Lacerda. Olhou para a câmera e disse: “Minha senhora, não se vota num homem porque ele é bonito. Carlos Lacerda é um homem bonito, mas não se vota por isso, não. A senhora deve prestigiar o seu marido, a sua casa”. Quando o Maria disse isso, Lacerda sentiu que ele tinha aberto uma cunha, que poderia lhe tirar um percentual de votos por ciúme, por chamar a atenção do sujeito para o fato de que aquilo que a mulher dele estava setindo pelo Lacerda era tesão, não era posição política. Isso poderia prejudicá-lo. No dia seguinte Lacerda foi à televisão responder e disse assim: “Ontem, um homem gordo e balofo esteve aqui na televisão”. Olhou para a câmera: “Um homem de noitadas” — aí fez uma pausa — “equivocas...”

Mas o fato é que o Sérgio passou a todos os antilacerdistas a sensação de que ele é que podia derrotar o Lacerda. O varguismo tinha deixado raízes muito profundas na psicologia coletiva da ocasião. Lacerda era o inimigo de Vargas, responsável, para o PTB, pelo próprio

suicídio de Vargas. Essa gente precisava encontrar um candidato capaz de derrotar o Lacerda, e só no final da campanha chegou à conclusão de que esse candidato era o Sérgio. O número de votos brancos e nulos foi pequeno, não havia potencial para tirar mais votos dali. Mendes de Moraes tinha um voto conservador, não se podia tirar votos dele, até por causa da briga do Largo do Machado. Sérgio só podia tirar votos do Tenório.

Que briga no Largo do Machado foi essa?

Como o Lott era apoiado no Rio tanto pelo Sérgio quanto pelo Mendes de Moraes, o comando da campanha do Lott resolveu dividir os comícios: um comício com o Sérgio, no Méier, numa quinta-feira, e um comício com o Mendes, domingo à noite, no Largo do Machado. Mas a turma do PTB do Sérgio não se conformou e foi para comício do Largo do Machado. O Mendes era um homem duro, não era de brincadeira. De repente, vieram pedras da rua em cima dele, e eu o vi puxar o revólver. Dissolveram o comício, ele foi embora, mas aí chegaram triunfalmente Sérgio Magalhães e Roberto Silveira. E o comício, que era do Mendes, transformou-se em comício do Sérgio. Isso criou um atrito entre os dois.

Naquele momento, no Rio, o Sérgio já estava muito mais forte que o Lott. Tanto que na hora da eleição, no milhão de votos da Guanabara, Sérgio perdeu para o Lacerda por 23 mil, em números redondos, e Lott perdeu para o Jânio Quadros por 130 mil. Jânio fazia acordo com todo mundo. Foi a chapa Jan-Jan, Jânio e Jango, que deu ao Jango oitocentos e tantos mil votos tanto em São Paulo quanto no Paraná. Foi o movimento Jan-Jan que levou o Jango à reeleição de vice, porque o voto naquele tempo não era vinculado. Jânio, quando brigou com a UDN, foi por isso, porque a UDN queria ter um vice no palanque — palanque era a expressão da época, hoje seria a tela da televisão. A UDN queria o Leandro Maciel, mas o Jânio queria ter vários vices, Fernando Ferrari, Milton Campos e o próprio João Goulart. Jânio estava pouco ligando para o vice. Quando ele veio ao Rio, lançaram o movimento Jânio e Sérgio. Lacerda ficou uma fera, ameaçou renunciar porque o Jânio ia a um almoço com o Sérgio. Deu uma entrevista de primeira página ao *Jornal do Brasil*, mas o Jânio disse: “Eu não posso fazer nada, porque afinal é um direito do eleitor querer votar em mim e no Sérgio Magalhães. Nada posso fazer”. Lacerda ficou danado porque de repente sentiu que lhe podia faltar o chão. Começou a ver que o Sérgio subia, subia, subia... Lacerda não era burro, ao contrário.

Na reta final, no meio dos jornalistas, chegou a haver uma divisão mais evidente entre os dois candidatos?

Não chegou a haver isso pelo seguinte. Os jornalistas, naquela ocasião, em geral eram rapazes — não tão jovens quanto hoje — de classe média. E, por serem mais de classe média, eram mais udenistas do que petebistas. Até 1960, o jovem da classe média votava seguindo a mesma tendência dos pais. A virada para a esquerda só veio a ocorrer depois. Se há uma coisa que *O voto e o povo*, um livro que eu fiz,⁸ pegou bem, foi essa virada, e explico por quê. Pude fazer essa pesquisa porque em 1965, diante do crescimento do eleitorado, o presidente do Tribunal Eleitoral, desembargador Oscar Tenório, uma pessoa amiga minha, homem ilustre, imaginou uma solução inteligente. Fez uma divisão: os novos eleitores votavam em seções novas, e os antigos nas antigas. Isso facilitou a pesquisa. Pude ver então que a tendência dos jovens em Madureira pelo Negrão tinha sido exatamente igual à dos mais velhos; mas em Ipanema e no Posto 6, na 18ª Zona, o Flexa ganhou muito duro nas urnas jovens.

A virada começou exatamente a partir da renúncia do Jânio, em 1961. Tanto que na campanha de 60, o Lott, quando foi à PUC fazer uma palestra que eu cobri, não conseguiu

⁸ O livro foi editado no Rio de Janeiro, pela Civilização Brasileira, em 1965.

falar. Lá pelas tantas usou uma imagem difícil, o assunto eram represas e problemas de açudagem no Nordeste, e ele disse que em Assuã, no Egito, tinha sido lançado um plástico. Os estudantes da PUC, que eram de renda média alta e ostentavam o símbolo da vassoura, fizeram uma gozação tremenda, porque interpretaram como se o plástico fosse uma espécie de lona de circo sobre o açude para evitar a evaporação. Não era uma lona, é claro, era um líquido. Mas o Lott teve que encerrar a palestra. Foi um episódio parecido com o do “marmiteiro”: em 1945 o Brigadeiro disse a frase do marmiteiro, mas estava se referindo ao sujeito que levava comissão daqui, ganhava dali etc. Confundiram com aquele que leva a marmitta, e foi o que se viu...⁹

É bem verdade que o Lott também vinha perdendo posições nas esquerdas, porque quando foi falar na ABI fez restrições ao Fidel Castro, às execuções do governo cubano. Era presidente da UNE um orador fantástico, Raimundo Eirado, hoje procurador da Justiça do Trabalho — parece que foi deputado estadual na Bahia, desistiu não sei por quê. Era um orador no estilo daqueles antigos, mas fantástico. O Eirado tentou acalmar os ânimos na ABI, porque perguntaram — era inevitável: “O que o senhor acha da revolução cubana de Fidel Castro?”, e o Lott respondeu: “Sou a favor mas faço restrições. Essas execuções...” Ai, meu Deus do céu, os jovens não queriam restrições, eram contra os Estados Unidos! Ao descer no elevador, um jovem estudante disse para outro: “Meu Deus, em que candidato eu vou ser obrigado a votar!” Nunca esqueci essa frase. Eu aí senti que o Lott ia perder, porque o cara ia votar mas não ia passar o seu voto para ninguém. E é importante passar, porque aqueles que se definem desde o início formam sempre um universo restrito. O importante é você entusiasmar os vacilantes.

O eleitorado nos Estados Unidos, por exemplo, é cristalizado: 1/3 é democrata, 1/3 é republicano, e é sempre o último terço que define a eleição. Esse terço se mobiliza para um lado ou para o outro dependendo da pessoa. Esse negócio de computador não adianta. Será sempre o ser humano que irá definir qualquer coisa. Churchill, por exemplo, quando viu que estava perdendo a guerra no deserto, substituiu o comando e pôs lá o general Montgomery. O homem chegou e deu de quatro a zero no Rommel, dizimou o exército alemão. O equipamento era o mesmo, de um lado e de outro. Mas o talento humano será sempre fundamental, alguém sempre vai entrar e vai mudar a questão. Na política também é assim.

Carlos Lacerda

Alguma vez durante a campanha de 60 o senhor entrevistou Carlos Lacerda? Como ele tratava um repórter favorável a Sérgio Magalhães?

Bem. O meu relacionamento com ele era bom. Agora, eu tinha um cuidado especial, porque era um sujeito difícil. Quando você se aproximava, ele tinha algo de estranho no olhar. Você se sentia como se fosse discutir um assunto meio polêmico com um grande pugilista. De repente você começava a se policiar, começava a tomar mais cuidado... Com o Lacerda você tinha que ter cuidado, porque ele só via a figura dele.

⁹ O episódio ocorreu em novembro de 1945, um mês antes da eleição presidencial disputada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, e o general Eurico Dutra, do PSD-PTB. Em discurso proferido no Teatro Municipal, Eduardo Gomes declarou, combatendo Getúlio Vargas, que não precisava dos votos “dessa malta de desocupados que apóia o ditador”. O getulista Hugo Borghi, segundo seu próprio depoimento, verificou no dicionário que malta significava “bando, súcia”, mas também “grupo de operários que percorrem as linhas férreas levando suas marmittas”. Daí para voltar o discurso contra o próprio Eduardo Gomes foi um passo: segundo os varguistas, o candidato udenista não precisava dos votos dos marmiteiros, dos trabalhadores, porque tinha o voto dos grã-finos... Ver *DHBB*, op. cit.

Carlos Lacerda foi um gênio, um dos maiores oradores que o parlamento já teve, um administrador excelente no Rio de Janeiro, mas democrata, ele nunca foi. Em 50 escreveu um artigo dizendo que Getúlio não devia ser candidato, se fosse candidato não devia ser eleito, se fosse eleito não devia tomar posse, e se tomasse posse não devia chegar ao final do governo. Em 55 perdeu a eleição com o Juarez Távora, a quem também só apoiou no final, e moveu-se contra a posse do Juscelino, criando o conflito de 11 e 21 de novembro. Em 60, venceu. Em 61 não queria a posse do João Goulart, cercou o *Correio da Manhã*, censurou a imprensa — botou como censor o Ascendino Leite, a quem depois deu um cartório; uma coisa vergonhosa um jornalista ser censor, uma coisa infame. Depois, em 64, o Jango caiu. Em 65 ele foi contra a posse do Negrão. Getúlio, Juscelino, Jango e Negrão: quatro. Investiu contra o Castelo, terminou criando o conflito do Ato 2, e aí desmoronou. Era o candidato da UDN em 66, mas jogou tudo na água em 65 e acabou cassado pelo processo.¹⁰ Quer dizer, esse homem, que tinha um talento enorme, que era um gênio, de democrata não tinha nada. O que define bem o Lacerda é o artigo do Carpeaux em 61 no *Correio da Manhã* censurado, chamado “Rei sem lei”: era o que ele era. Não tinha limites. Era de uma simpatia muito grande quando as coisas iam a favor dele e sempre apontava interesses escusos nos outros — está aí o livro do Murilo Melo Filho,¹¹ para comprovar o que estou dizendo. Era um homem difícil porque só via o caminho dele.

Meu relacionamento com ele nunca foi próximo, era de jornalista, como aconteceu em 64. Quem fez a entrevista com ele naquela hora fui eu. Lacerda pertencia a uma categoria de pessoas que na vida, quando a gente encontra, deve observar. Não serve nem como amigo nem como inimigo. A mesma coisa é o sujeito querer ser amigo de dono de jornal: não convém. É um conselho que eu dou, não procure ser. São pessoas poderosas, amanhã você faz 10 coisas mas eles vão querer a 11ª. Em uma você vai falhar. O computador não andou falhando aí na nave russa? Um dia você falha e cai em desgraça. Deve manter um relacionamento cordial, com o respeito humano que todos merecem, mas não confraternizar: isso é outra coisa. Respeito humano, você deve manter por qualquer pessoa, que exerça qualquer profissão, de bicheiro, de tudo. Agora, não vai confraternizar, chegar perto de um bicheiro e dizer: “Vamos almoçar no Antiquarius?” Jornalismo é manter um certo comportamento, ser íntimo não vale a pena.

As vezes em que estive com Carlos Lacerda sempre foram boas, nunca tive nenhum problema maior, mas sempre tive um certo receio porque ele não deixava você à vontade. Era uma personalidade muito forte, como se fosse, no lado feminino, uma Greta Garbo. Se você fosse almoçar com a Greta Garbo, ia acabar sem graça. As personalidades muito fortes criam

¹⁰ Candidato virtual às eleições presidenciais de 1965, Carlos Lacerda começou a se afastar de Castelo Branco quando, em 22 de julho de 1964, o Congresso aprovou o adiamento das eleições para 1966 e a prorrogação do mandato de Castelo até março de 1967. Diante da vitória, em 1965, dos candidatos oposicionistas aos governos da Guanabara (Negrão de Lima) e Minas Gerais (Israel Pinheiro), Lacerda manifestou-se contra a posse dos eleitos. As pressões no mesmo sentido vindas da linha dura militar levaram, em 27 de outubro de 1965, à edição do AI-2, que entre outras medidas extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República. Vendo suas pretensões desmoronarem, Lacerda ainda tentou articular a Frente Ampla, de oposição ao governo militar, cujas atividades foram contudo proibidas. Editado o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, Lacerda foi preso no dia seguinte. Uma semana depois foi solto, mas no dia 30 de dezembro teve os direitos políticos cassados por 10 anos. Ver *DHBB*, op. cit.

¹¹ O livro intitula-se *Testemunho político* (Rio de Janeiro, Bloch, 1997).

uma barreira: Lacerda, Greta Garbo, Orson Welles, pessoas assim. Outros não, deixam você à vontade: Brizola, por exemplo, deixa à vontade o interlocutor.

Nas eleições de 60, no Rio, o Sérgio perdeu para o Lacerda por 23 mil votos. Em Minas, Tancredo Neves perdeu para o Magalhães Pinto por 25 mil votos, pela avalanche do Jânio. Vinte e três mil votos aqui e 25 mil votos em Minas formam os quase 50 mil votos que mudaram o Brasil, porque em 64 foram exatamente esses dois governadores, Lacerda e Magalhães Pinto, os responsáveis pelo movimento que derrubou João Goulart. A omissão do Jango e do Juscelino diante do Sérgio Magalhães acarretou a queda do Jango anos depois, e a partir daí o processo político mudou. Eles tinham medo da esquerda, mas o Sérgio agüentou firme, até mesmo a deposição do Jango, tendo sido traído por ele aqui. Juscelino não voltou porque não deu apoio ao Sérgio aqui. Porque se o Lacerda estivesse fora do governo, não teria sido o principal líder de 64 — Magalhães Pinto detonou, mas o principal líder foi Lacerda. Se o Lacerda tivesse perdido a eleição, não teria feito daqui o núcleo de insurreição, de oposição a João Goulart, como fez. Sem Lacerda aqui e sem Magalhães em Minas, não teria havido golpe algum.

O senhor atribui a liderança de Lacerda em 64 ao fato de ele ser o governador da Guanabara ou ao fato de ele ser Lacerda?

Às duas coisas. Porque a política e as eleições são como o Jockey Club, uma mistura do jóquei com o cavalo. Lacerda não poderia fazer a articulação que fez se não tivesse o governo na mão. Os recursos da Aliança para o Progresso que o Kennedy mandou dar para efeito político, para obras de abastecimento de água, túnel disso, túnel daquilo, foram fundamentais para aquele resultado administrativo espetacular que o Lacerda alcançou. Se ele não estivesse no governo, seria deputado, mas como iria se articular sem ter o que dar? Com ele no governo, o sistema empresarial pôde ser atendido. Uma obra aqui, uma obra ali, uma empreitada... A questão da empreiteira, da empreitada, da compra, do fornecimento, está intimamente ligada ao processo político. Quem procurar desvincular isso se dá mal na análise, porque não existe nada na política que não tenha interesse econômico envolvido. O que se quer, ou o que se deve querer, é que o interesse econômico seja como o colesterol: que vá até um limite. Não pode, amanhã, o sujeito dizer: “Eu quero 50% de comissão”. “Mas eu não posso,” — diz o empreiteiro — “se é isso que você quer eu tenho que dobrar o preço da obra.” “Então dobra...” Aí você vai fazer menos obras, vai dar menos empregos, vai construir muito menos, porque se você pega um preço e infla dessa maneira, ao invés de fazer duas obras, faz uma. Aí você está atrasando o processo de desenvolvimento. Então há um limite. Agora, não há condição de afastar o interesse econômico do processo político, porque ele só existe por isso. A política é uma guerra sem sangue e a guerra é uma política sangrenta. Não há como desvincular isso. Lacerda se fortaleceu politicamente porque tinha o que dar no governo da Guanabara. E a vitória do Lacerda no Rio em 60 terminou acarretando o fim da possibilidade de o Juscelino voltar ao governo em 65. Se fosse Sérgio Magalhães o governador, poderia haver confusões muito grandes, certamente haveria, mas não seria provável um desfecho como o do movimento de 31 de março ou 1º de abril.

A renúncia de Jânio Quadros

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, pegou a imprensa de surpresa?

Pegou. Mas logo acreditei quando ouvi a notícia, porque havia precedentes. O livro do Murilo Melo Filho, que acabou de ser lançado, é muito melhor sobre esse episódio do que o do Castello,¹² que não diz nada. Não sei por que o Castello se bloqueou. É preciso lembrar o

¹² Trata-se de *Militares no poder*, de Carlos Castello Branco (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978).

seguinte: Jânio condecorou o Guevara numa sexta-feira em Brasília. Lacerda, aqui no Rio, no palácio Guanabara, dá a chave da cidade ao líder anticastriista Manuel Verona, orador também espetacular, que faz um discurso arrebatado. Nessa solenidade — estávamos lá cobrindo — estava presente o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Cordeiro de Farias, herói da FEB, principal responsável na área militar pelo alinhamento do Brasil com os aliados — foram Oswaldo Aranha na área civil e Cordeiro de Farias na área militar. Jânio Quadros então telefona — já estava no Rio — e convoca Lacerda imediatamente ao Palácio Laranjeiras. Lacerda sai num Galaxy em disparada, com a fisionomia preocupada, tensa, e vai para o Laranjeiras. Nós fomos atrás — o *Correio da Manhã* tinha uma Rural grande —, mas não pudemos entrar, é natural. Lacerda na saída não quis parar o carro para falar com ninguém. Jânio também não quis dar opinião nenhuma — acho até que foi o erro dele, porque a imprensa, no fundo, não é apenas a notícia; ela é também o comprometimento coletivo, porque se uma coisa sai publicada no jornal, você não se sente à vontade de dizer que não sabia. Aquele que é personagem da coisa não pode achar ou supor que você não sabe, tem que agir de maneira diferente porque aquilo foi publicado. As especulações então começaram, na noite de sábado para domingo. Acho que era dia 20 de agosto.

Na noite do dia 23 ou 24 — Murilo Melo Filho acha que foi dia 24, eu tenho dúvida se foi 23 — Lacerda vai à TV Tupi fazer um pronunciamento e diz, textualmente, que foi convidado pelo presidente Jânio Quadros para participar de um golpe. Ainda por cima vai a detalhes, diz que Jânio e Pedroso Horta lhe tinham solicitado uma coleção de artigos que ele tinha escrito em 54, 55, na *Tribuna da Imprensa*, pedindo o adiamento das eleições por um prazo de dois anos, para “desintoxicar” o país. Ora, se um governador diz publicamente que foi convidado para um golpe, o Congresso todo se reúne, é evidente. Um golpe é o fechamento do Legislativo, é o fim dos mandatos, é o fim da democracia.

No dia seguinte, ou dois dias depois — dia 25 foi uma quinta-feira, disso eu me lembro bem —, às 10 e meia, 11 horas da manhã, o presidente renunciou. A notícia chegou ao meio-dia e pouco no Rio e causou perplexidade. Alguns acharam que era uma manobra para o povo ir às ruas exigir a volta do Jânio, mas eu senti, quando o Congresso imediatamente aceitou a renúncia, que aquilo era a consequência e também a seqüência da denúncia da véspera do Lacerda. O Congresso tinha que aceitar, não podia chegar e dizer “não aceito a renúncia”! O sujeito renunciou, renunciou! É claro que a renúncia criou uma comoção, surpreendeu. Mas um jornalista profissional que tivesse visto na véspera o Lacerda dizer aquilo, certamente sentiria, como nós sentimos, que a crise teria que ter um desfecho muito forte. Não é possível um governador ir à televisão e dizer que foi convidado para um golpe contra as instituições democráticas, e isso não ter uma consequência, ficar no “não, eu não disse isso, não sei o quê...” Não pode, é uma coisa de tal forma grave que tem que ter um reflexo profundo. Começou-se então a achar que a afirmação dramática do Lacerda, naquela noite na televisão, talvez tenha até impedido o golpe do Jânio.

Até aquele momento tinha-se alguma idéia de que havia um golpe em andamento?

Não, mas naquela tarde de quinta-feira essa impressão imediatamente tomou conta da redação. O que a redação sentia até ali era que ia haver um desfecho dramático. Mesmo eu, na ocasião com 27 anos — hoje que tenho 63 a visão das coisas fica tão transparente que até perde a graça —, sentia que não se poderia sair daquele redemoinho sem uma coisa surpreendente. Teria que haver alguma coisa. Evidentemente eu não ia pensar na renúncia, mas estava com a excitação nervosa que os jornalistas normalmente têm na expectativa de um desfecho. Tanto é que todo mundo, naquele dia, chegou cedo na redação. O horário normal de chegar seria mais tarde, mas ao meio-dia o restaurante estava cheio de jornalistas políticos. Brasília também estava a postos, porque a coisa estava mesmo efervescente. Agora, o que aconteceu foi isso: Jânio Quadros, eu não tenho dúvida, tentou fechar tudo.

Outro problema que se colocou naquele momento foi a posse de João Goulart.¹³ O Correio da Manhã apoiou a posse de Jango? Quem era o redator-chefe na época?

O *Correio* apoiou a posse do Jango. O redator-chefe era Luís Alberto Bahia,¹⁴ mas o Bahia estava na Europa, e em seu lugar tinha ficado o Aluísio Branco. O Aluísio — morreu já, era meu amigo — era um jornalista excepcional, mas não se sentiu bem na posição de redator-chefe. Sentiu-se muito assustado com a responsabilidade de ter que dirigir a redação numa situação daquelas. Conseguiu contato com o Bahia, que chegou no dia seguinte, para alívio dele e de todos nós. O Branco estava muito preocupado mesmo, era um homem competente mas não tinha formação política. Conduzir o jornal num momento em que já havia ameaça de cerco era uma coisa pesada demais para ele.

Como foi essa história do cerco ao Correio da Manhã?

O Bahia chegou e resolveu rodar a edição desafiando a censura do Lacerda. Tinha vindo a comunicação de que o jornal estava censurado, e de que a edição teria que ser levada ao Ascendino Leite, editorialista do *Diário de Notícias*, que estava instalado num gabinete na chefia de polícia ali ao lado. Aquilo não tinha base legal nenhuma, Lacerda não respeitava a lei — daí o artigo do Carpeaux, “Rei sem lei”. Mandaram levar a edição ao Ascendino, e o Bahia se recusou: “Não levo!” A PM chegou e cercou a redação, chutaram os jornais, impediram a distribuição às bancas... Por duas noites o Bahia mandou rodar a edição, e o jornal foi apreendido. No dia seguinte, afrouxavam o cerco a partir das 11 horas da manhã, e a gente saía e distribuía de graça: eu, o Cony, o Louzeiro, o Fuad Atala, o próprio Aluísio Branco...

Como a população reagia a essa distribuição?

A procura pela população era total. As pessoas saíam atrás do jornal, e a gente ia dando. Alguns até foram presos, levaram advertência.

Como ficaram os outros jornais?

Estavam censurados também. *O Globo* nem pensar, Lacerda não ia censurar *O Globo*. *O Jornal do Brasil* também não. Mas o *Diário de Notícias* sofreu censura. *O Correio da Manhã* era o mais visado porque era um jornal de tradição mais independente desde o episódio da *Última Hora*. Quando o Lacerda queria fechar a *Última Hora* e cobrar as dívidas, o *Correio da Manhã* fez um editorial dizendo: “Não senhor, se vai executar a dívida, executa todo mundo, não só o Wainer”. E olha que o Paulo Bittencourt tinha até desprezo pelo Wainer — o próprio Wainer diz isso no livro dele —,¹⁵ porque era um homem que estudou em Oxford etc. Depois, quando a *Última Hora* ia mesmo ser executada pelo Banco do Brasil, e o Wainer conseguiu pagar a dívida com a ajuda de grupos como o do Ermírio de Moraes, o velho, do Matarazzo e do Moreira Sales, o Lacerda ficou uma fera. Ele sabia quem tinha pago — nos bastidores tudo se sabe, segredo não existe — mas começou a exigir: “Tem que dizer

¹³ A crise desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, se agravou com o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, então em viagem à China. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, também era contra a posse. Procurando uma solução constitucional para o impasse, o Congresso aprovou em 2 de setembro o ato adicional que instituiu o regime parlamentarista no país. Finalmente, em 7 de setembro de 1961, Goulart assumiu a presidência da República. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁴ Luís Alberto Bahia foi redator-chefe do *Correio da Manhã* de fevereiro de 1959 a fevereiro de 1962. Ver Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado; a última batalha do Correio da Manhã* (em colaboração com Joel Silveira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991).

¹⁵ Trata-se de *Minha razão de viver* (Rio de Janeiro, Record, 1987).

quem pagou!” E o *Correio da Manhã* botou um editorial: “Absolutamente. O sujeito deve ao banco, chegou com o dinheiro lá, pagou, o banco não pode exigir saber quem pagou. Esse é um direito que o devedor tem. Ele era cobrado de quê? Da dívida. Pagou a dívida, encerrou o assunto. Se alguém pagou por ele, tudo bem. Lacerda não tem o direito de saber isso”. Houve outras brigas ainda entre o Lacerda e o *Correio da Manhã*. Na crise de agosto de 54, ele queria reunir a imprensa no regimento da rua Evaristo da Veiga, onde estavam presos os acusados do atentado da Toneleros, e dar a versão dele. O *Correio da Manhã* rejeitou aquela versão de apenas uma das partes e não quis cobrir. Quando o *Correio* apoiou a candidatura do Juscelino, Lacerda escreveu um editorial na *Tribuna da Imprensa*, “*Delirium tremens*”, numa alusão ao fato de Paulo Bittencourt às vezes se apresentar embriagado. Paulo Bittencourt respondeu: “Pobre rapaz, pobre coitado, pobre diabo”...

Essas posições é que fizeram do *Correio*, mais uma vez, num momento de crise, o foco central da preocupação do Lacerda. Quando o Lacerda cercou o jornal, o Bahia rompeu e arranhou um inimigo. Lacerda agia muito nos bastidores para substituir redator-chefe, substituir redator político, substituir colunistas, intrigar pessoas. Isso está no livro do Murilo Melo Filho: ele gostava de dizer uma coisa e fazer outra, de deixar armadilhas no caminho para o sujeito. Há muitas pessoas, jornalistas, que têm amargas queixas dele.

Assim foi 61. O jornal teve uma posição brilhante a favor da posse do Jango e veio através do tempo com ele, até um determinado momento, quando o Bahia foi substituído. Aí a posição do jornal mudou novamente e começou a se alinhar com o Lacerda.

O *Correio da Manhã* na entrada dos anos 60

Como era, para o senhor, trabalhar no Correio da Manhã nesse início dos anos 60, com todas essas crises e mudanças de posição do jornal?

Eu tinha um relacionamento muito bom com o Bahia, que era uma figura admirável. A redação tinha homens como Carpeaux, o maior editorialista de todos, Franklin de Oliveira... Dos grandes editorialistas, Franklin de Oliveira é o único vivo. Morreu Carpeaux, morreu Macedo Soares, do *Diário Carioca*, morreu Álvaro Lins, do *Correio da Manhã* também, morreu João Neves da Fontoura, do *Globo*: a meu ver, são esses cinco os grandes editorialistas da imprensa de todos os tempos. Existem outros muito bons, como o José Lino Grünwald, mas esses eram como, no cinema, Fred Astaire e Gene Kelly, ou no futebol, Pelé e Garrincha.

Bahia e Carpeaux injetavam entusiasmo na redação. E veio a nossa juventude, entusiasmada. Aprendemos muito, porque é assim que se aprende, no processo, sem saber que se está aprendendo. Dou pouca importância a esse negócio de aula, você aprende é quando se emociona. É a mesma coisa que o relacionamento com mulher: se você não se emocionar de alguma maneira, não vai funcionar, acaba logo adiante. Tem que haver um impulso, você tem que sentir uma emoção quando faz alguma coisa. A profissão da pessoa é assim também. E a redação do *Correio da Manhã* passava essa emoção, havia essas figuras do seu lado.

Havia, na música, o Nogueira França; nas artes plásticas, o Jayme Maurício; no cinema, o Moniz Viana — esse era lacerdistas doente. Eram pessoas de fato brilhantes. Você podia até discordar, mas elas emprestavam um brilho muito grande às coisas que faziam. O *Correio da Manhã* era um lugar para onde você se dirigia e se sentia bem. Era como se você fosse a um jogo de futebol, como se fosse encontrar com uma mulher bonita, como se fosse ver um filme do Humphrey Bogart. Você era envolvido pela a redação. Lendo um artigo do Carpeaux ou vendo um filme do Humphrey Bogart, em determinado momento você dizia: que chato que esse filme vai acabar, que chato que esse artigo vai acabar, queria que continuasse mais tempo. Você não conseguia sair da coisa com facilidade. O *Correio da Manhã* era assim,

você ia para lá com uma disposição alegre. Você até se esquecia de que recebia dinheiro! Até porque o salário era tão baixo que, almoçando pela rua e jantando quando saía, se fizesse as contas, no final do mês você tinha pago para trabalhar. Mas ninguém se preocupava com isso, tal era o prazer de estar naquela redação, participando daquele espaço, daquela envolvimento.

A briga entre Lacerda e Jango marcou muito a imprensa carioca nesse período, não?

Marcou a imprensa brasileira. Naquele tempo eram os jornais cariocas que dominavam a imprensa brasileira. Em Brasília mesmo, importantes eram os jornais do Rio, o *Correio da Manhã*, o *Globo*, o *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* era mais fraco naquela ocasião.

O Correio da Manhã em 1961 brigou com Lacerda e apoiou Jango, mas depois da saída de Luís Alberto Bahia afastou-se de Jango e voltou a apoiar Lacerda. A simples troca de um redator-chefe podia mudar tão profundamente a linha do jornal?

Podia. Quando o Bahia saiu, começou uma situação um pouco equívoca. Primeiro entrou o Moniz Viana. Foi péssimo, saiu-se mal como redator-chefe porque, embora fosse um homem de talento, era muito nervoso para dirigir o jornal e, além disso, não tinha uma visão universal, tinha uma visão lacerdista. Mas ele não mandava sozinho. Eram ele, o Gildo Lopes, que entrou não sei como, era uma figura secundária no jornal embora bom redator, e o Jorge Serpa, eminência parda que agora parece que andou pelo *Globo*. É um homem que escreveu artigos para presidentes da República, que atua muito na área empresarial e na área de bastidores. Ninguém deve subestimar a capacidade de uma pessoa que atua nos bastidores econômicos. Isso é uma arte como outra qualquer. Eu, se me meter a fazer isso, será um fracasso, não serei levado a sério, o sujeito nem vai querer diálogo comigo. É uma questão de linguagem. Serpa tinha essa linguagem e mandava muito. Veio com uma posição de ora noticiar o Jango, ora criticar, mas de repente houve um fechamento anti-Jango.

Algum episódio provocou isso?

As greves. Era greve todo dia. Estava havendo uma média de duas greves por semana, a torto e a direito. Um maquinista da ferrovia bebeu, foi preso, greve. Os gabinetes do Jango, que não conseguiam se consolidar... Tancredo se afastou com um pronunciamento até muito importante na PUC, que eu cobri para o *Correio*, sobre a dicotomia do poder. Para ele, a dicotomia que havia era uma coisa insustentável, era a raiz da crise. Mencionei isso anos depois, e o engraçado é que ele tinha esquecido dessa conferência na PUC. Foi um acontecimento da maior importância, era o início do fim do parlamentarismo. Depois veio o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, a vitória do presidencialismo por 90%...

O jornal ainda manteve uma posição de destaque, embora já não tivesse mais a força que tinha, porque o que dá força a um jornal, e o que faz o editorialista ser bom, é ele se sentir um personagem de Dumas pai. Ele tem que sair na rua com aquela roupa de mosqueteiro, com uma espada, e ir ao encontro dos poderosos... Tem que ser um homem de origem boa, para ter uma altivez dentro de si — o sujeito que nasceu de forma muito humilde dificilmente tem isso; pode ter, mas é mais difícil —, e tem que ser alguém que não queira ficar rico, porque se quiser ficar rico não confronta o poder, vai acabar aderindo, vai acabar — Hélio Fernandes criou uma expressão muito boa — “governalista”, ou seja, jornalista do governo. O editorialista tem que ser um espadachim, alguém que venha enfrentar o poder, com o *panache*, com as plumas, e com altivez de linguagem, sem ofender, como David Nasser, mas com uma atitude muito firme, como Carpeaux, como Franklin de Oliveira, como Álvaro Lins, como Neves da Fontoura, como Macedo Soares.

Dirigir uma redação de jornal é uma coisa universal, você não pode privilegiar só a política, tem que pensar também nos milhares de leitores que não suportam política. Há outros que não querem saber de cinema, querem saber de política. Um jornal grande é um universo.

É como uma universidade, tem que ser universal, tem que ser abrangente. São vários os públicos contidos dentro do jornal. Você tem que representar essas pessoas nas suas páginas, com a qualidade que as coisas têm que ter. Você tem que ter a visão do processo. Isso ninguém ensina a ninguém. Acho que a melhor prova de jornalismo que poderia haver seria pegar um assunto, entregar maciçamente aos alunos e dizer: editem uma página com isto aqui. Vamos ver qual é a pesagem que o aluno dá àquela matéria-prima. O jornalismo também é a pesagem, a percepção do mais importante, do mais abrangente. O jornalismo, no fundo, é uma indústria de transformação. É como se fosse uma metalurgia, vem a chapa de aço de um lado, e sai a peça do carro do outro. Essa é a função do jornalista: ele é um metalúrgico da idéia, da comunicação. Vai ser sempre uma ponte de comunicação com a sociedade, uma ponte entre o ontem e o amanhã.

Uma das características políticas da cidade do Rio de Janeiro é a polarização, que nos anos 50 e 60 se refletia muito nitidamente nos jornais. A Tribuna da Imprensa tinha o público do Lacerda, a Última Hora tinha o público do Getúlio e depois do Jango. Será que essa sua perspectiva da universalização do jornal é devida à sua formação no Correio da Manhã, que de certa maneira procurava diluir essa polaridade?

Acho que sim. É verdade, esses dois jornais, *Tribuna* e *Última Hora*, eram marcados pela paixão. E nem sempre a verdade está contida aí. De repente o sujeito extrapolava com invenções. A *Última Hora* tinha manchetes fantásticas, teve manchetistas ótimos através do tempo. Eu me lembro de que em 1965, um dia, o Negrão passou num comício na rua, no centro da cidade, e foi uma apoteose. A *Última Hora* abriu no dia seguinte: “Faltam seis dias para a libertação: vitória popular já nas ruas”. Era assim. Ela usava esses títulos com dois pontos, que o *Diário Carioca* tinha criado e que davam um ritmo muito bom às frases do jornal. Em 1960, houve uma confusão na Faculdade de Direito, e a manchete da *Última Hora* foi fantástica: “Lacerda escorraçado: sangue de estudantes no rastro da rua”. Vejam o ritmo! A *Tribuna* não tinha manchetistas tão bons.

Naquela época havia realmente uma polaridade no Rio, e a *Última Hora* e a *Tribuna* eram parte disso. Mas os outros jornais não tinham isso nesse grau. Eu me lembro de uma manchete da *Luta Democrática* que parecia até um samba de Noel Rosa... O sujeito mancheteou assim: “Chegou em casa, pensou que a mulher estivesse com dor de dente e foram os três parar na delegacia”. Isso é fantástico, nunca esqueci! O sujeito chegou em casa, a mulher estava “ai, ai, ai”, ele disse: “Ah, coitadinha, está com dor de dente, vou socorrer”, mas quando abriu a porta, dizia o texto, “deparou-se com o inusitado da cena”... É um gênio, o cara que fez esse título!

Já as manchetes do Correio da Manhã eram discretíssimas.

Muito ruins.

Na maioria das vezes era assunto internacional.

Totalmente. Nós só podíamos manchetar firme na “última”, como chamávamos, que era a página nobre do jornal local, porque o Paulo Bittencourt só queria, na primeira página, noticiário internacional. Notícia nacional, só numa eleição, num negócio assim, porque ele tinha uma visão muito aristocrática, era um homem que estudou em Oxford, era amigo do Maurício Nabuco etc. Então ele atribuía às coisas internacionais uma importância muito maior do que às coisas nacionais.

No *Jornal do Brasil*, naquela época, um pouco antes, a primeira página era quase toda de classificados, com uma coluna para o noticiário aberto. O *Globo* vinha com assuntos locais, o *Diário de Notícias* com assuntos locais. Mas a vibração da manchete vinha mais com o *Diário Carioca* com os dois pontos, que foram uma grande reforma na imprensa. Os dois

pontos realmente encurtaram, deram um ritmo, uma velocidade, uma força aos títulos que eles não tinham antes. Até porque você utilizava os dois pontos quase tirando o verbo do texto. E assim tinha mais disponibilidade de espaço para jogar o que queria. Foi um grande avanço, nós usamos muito isso depois.

*Houve mudanças no Correio da Manhã após a morte de Paulo Bittencourt em 1963?*¹⁶

Sim. Mas antes o próprio Paulo Bittencourt mudou, tirou o Moniz Viana. O Serpa articulou a entrada do Jânio de Freitas¹⁷ numa composição com o Banco Nacional, do Magalhães Pinto. Com Jânio de Freitas o jornal fez uma reforma graficamente bonita, mas deslocou a página de opinião da sexta para a última e botou um fio duplo que encareceu muito o custo. Embora eu não tenha sido especialista na atividade industrial do jornal, achei que encareceu. Já eu sou um camarada na vida a favor da simplificação. Hoje estou mais consciente disso do que nunca e não vou atrás de afirmações seja de quem for, principalmente de intelectuais e cientistas, porque todos eles têm muitos interesses, e é natural que tenham, mas você verifica que eles dizem verdadeiros absurdos.

Parece que as mudanças não lhe agradaram...

Jânio de Freitas fez uma mudança boa, botou o claro-escuro bem, mas foi além e descaracterizou os lugares do jornal. Como mais tarde fez o Reinaldo Jardim, que também era da equipe dele na ocasião. Jânio de Freitas depois foi substituído pelo Osvaldo Peralva, que terminou levando o jornal à morte em 1969.¹⁸

O golpe de 64

Em 1961, quando Jânio renunciou, o senhor percebeu que algo estava para acontecer. Em 64, o senhor percebeu que Jango estava para ser deposto?

Sim, você sentia nitidamente que o Jango estava perdendo o controle da situação. Conheci o Jango, era um sujeito formidável, queria que todo mundo fosse rico, recebia pessoas até quase desconhecidas em casa, assinava autorizações, financiamentos de imóveis etc. Mas de repente mandava uma mensagem de estado de sítio ao Congresso, e retirava a mensagem de estado de sítio... O projeto de regulamentação da remessa de lucros para o exterior do Sérgio Magalhães, aprovado em 1962, só foi transformado em lei porque foi sancionado pelo presidente do Congresso. Jango não sancionou nem vetou, deixou passar os 15 dias constitucionais do prazo. Vejam o comportamento dele: era um assunto difícil, e ele quis tirar o pé da bola dividida. Não quero falar mal do Jango, mas embora fosse imbuído do sentimento de necessidade das reformas, ele preferia se encontrar com uma vedete de teatro: “Arranja um apartamento, telefona para ela, manda vir aqui, que mulher boa, espetacular, você viu as coxas dela, telefona...” Era um homem assim, preocupado com coisas desse tipo, que gostaria de lidar com questões mais simples, mais amenas. Embora gostasse do poder, desgostava das dificuldades do poder. A dificuldade excitava o Juscelino, por exemplo. Mas brochava o Jango. Ele não respondia bem aos desafios de uma altitude maior.

¹⁶ Com o falecimento de Paulo Bittencourt em agosto de 1963, a direção do *Correio da Manhã* passou à sua segunda mulher, Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁷ Jânio de Freitas foi redator-chefe do *Correio da Manhã* de maio a novembro de 1963. Ver Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, op. cit.

¹⁸ Em 1969 o *Correio da Manhã* foi arrendado por Niomar Moniz Sodré Bittencourt, por um prazo de cinco anos, a um grupo liderado por Maurício Nunes de Alencar, irmão de Marcello Alencar, ligado à Companhia Metropolitana, uma das maiores empreiteiras de obras do país. O jornal só deixaria de circular em 8 de julho de 1974. Ver *infra*, “A crise do *Correio da Manhã*”.

E era importante perceber isso. Isso é uma coisa que eu digo até na minha casa, às minhas filhas: o importante é justamente a percepção das coisas, que só a atividade dá, não é você se guiar pelo que está no livro ou pelo que disse fulano ou beltrano. Eu, aliás, tenho horror no jornalismo a quem escreve artigos como escrevia o Otto Lara Rezende: cita aqui, cita ali, o artigo depois é um emaranhado de citações. Merquior é outro, horrível, nunca consegui passar do segundo parágrafo lendo esse homem que é considerado um gênio. É que não são as opiniões deles. Aliás, a Marilena Chauí, no caso do Merquior, pegou bem, era um compilador de opiniões alheias, não dava a opinião dele. Isso não pode! O sujeito tem que dar a sua opinião, e não ficar repetindo, porque você não tem a cabeça do Malraux, nem do Sartre, nem de ninguém. Você tem é que sentir no ar a aptidão de cada pessoa, sentir no ar para onde a coisa está se dirigindo. E você sente isso na política nitidamente, como sente no casamento. Quantas vezes você está almoçando ou jantando com uma mulher, de repente há uma pausa que demora uns segundos a mais do que normalmente seria, e você sente que dali a uns dois ou três almoços você vai se afastar da pessoa ou a pessoa vai se afastar de você? Isso não está no livro. Você sente na atmosfera, porque as coisas não são apenas os fatos que estão ali escritos, são atmosfera. Na política é a mesma coisa: de repente você sente no ar, não sabe por quê, que a situação não está boa para aquele político.

Jango é o exemplo típico: você sentia que ele estava desnordeado, já estava dizendo coisas que não eram da personalidade dele, estava atemorizado, acovardado, querendo sair fora problema, da situação, da circunstância. Anos depois, Pinheiro Neto disse isso no livro dele. Do livro do Pinheiro Neto sobre o Juscelino eu não gosto, mas o do Jango é bom porque a densidade do problema conduziu até a narrativa.¹⁹ Ali é narrado o encontro na cobertura do Tancredo ou do Balbino em Copacabana, em que estavam Tancredo, Balbino e João Pinheiro Neto esperando o Jango. Jango chegou para se consultar com Tancredo sobre o que deveria fazer. Você sente, pela narrativa do Pinheiro Neto, a perplexidade do presidente da República nos dias finais do seu governo. Eu mesmo acompanhei isso, no comício da Central do Brasil. Depois, pior ainda, no Automóvel Club.²⁰

O senhor entrou no Automóvel Club?

Sim, mas aí foi fácil, estava aberto a qualquer um. O esquema fechado foi no Clube Naval,²¹ onde entrei porque os caras pensaram que eu fosse um oficial. Não sou um sujeito

¹⁹ Trata-se dos livros de João Pinheiro Neto, *Jango, um depoimento pessoal* (Rio de Janeiro, Record, 1993) e *Juscelino: uma história de amor* (Rio de Janeiro, Mauad, 1995).

²⁰ No comício realizado em 13 de março de 1964 em frente ao prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, conhecido como comício da Central, ou das reformas, João Goulart discursou proclamando a necessidade de mudar a Constituição e assinou nesse sentido dois decretos: o de encampação das refinarias de petróleo privadas e o chamado decreto da Supra, considerado o primeiro passo para a concretização da reforma agrária. No dia 30 de março, Goulart compareceu à festa dos sargentos da PM, no Automóvel Club, e pronunciou discurso que foi considerado por seus opositores como a "gota d'água". Em 31 de março, teve início o movimento militar em Minas Gerais, com o deslocamento das tropas comandadas pelo general Mourão Filho. Ver *DHBB*, op. cit., e Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, orgs., *Visões do golpe; a memória militar sobre 1964* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994).

²¹ Em 25 de março de 1964, um grupo de marinheiros e fuzileiros navais liderados pelo cabo Anselmo, apesar da proibição do Ministério da Marinha, compareceu à sede do Sindicato dos Metalúrgicos para comemorar o segundo aniversário da sua associação. O ministro Sílvio Mota emitiu ordem de prisão contra os organizadores do evento e enviou ao seu encontro um destacamento de fuzileiros que, em lugar de proceder à prisão, aderiu ao

desinibido, mas de vez em quando me dá um estalo. Pensei: não posso passar pela porta e olhar demais para os oficiais que estão tomando conta porque, se fizer isso, eles vão sentir que eu não sou oficial; não posso deixar de olhar, porque se tirar a cara vai chamar a atenção. Afinal entrei.

Lembrei nessa ocasião de uma frase sensacional que vale muito para a política, que está no *Scaramouche*. A história é fascinante: o pai do personagem tinha sido morto num duelo — antigamente na França os nobres sabiam esgrima, desafiavam os plebeus para um duelo e os matavam, porque os sujeitos não sabiam se defender. Então o Scaramouche tinha que aprender a duelar para vingar a morte do pai contra o sujeito que o matara, que era um nobre. Procurou um professor de esgrima, e o cara disse: “Seu motivo é justo, vou ensinar”. E aí a grande frase: “A espada é como um pássaro: se você apertar demais, sufoca, ele perde a flexibilidade; se soltar demais, ele foge da mão”. Então você tem que achar a sintonia fina, o meio-termo entre o apertado demais e o solto demais. E esse segredo ninguém pode ensinar, você é quem vai sentir como é. A política é assim, exige uma sintonia fina, como uma televisão pequena, um rádio portátil. Você às vezes sente que o negócio não está sintonizado, mas se lhe pedirem para teorizar sobre aquilo, não vai ser possível. É uma coisa sensível, você sente ou não sente. No Jango eu senti isso.

Naquela tarde, 28 de março — nunca me esqueço do dia porque era aniversário do meu avô que me criou, Pedro do Coutto, historiador, professor conhecido no Rio —, de repente me deu essa intuição de entrar no Clube Naval. Pedi ao carro do *Correio da Manhã* que não ficasse perto, porque eles não estavam admitindo a imprensa — o que era besteira, eles deviam querer a imprensa, porque só seriam fortes na medida em que divulgassem aquilo. Dessa minha ida ao Clube Naval resultou o relato na edição de 29 de março do *Correio da Manhã*, na primeira página, 60 linhas de alto a baixo, uma coluna. E foi manchete do jornal. O jornal ia rodar cedo, mas fui fazer essa matéria umas oito e meia da noite, nove. Foi uma intuição, senti aquilo, senti que o Jango caía ali, como senti quando ele mexeu com a hierarquia.

Era muita coisa junta. Ele mexeu com o capitalismo rural, que era muito mais conservador do que hoje, mexeu com o capitalismo urbano. Fez a desapropriação de Capuava — aliás é uma refinaria que é caveira de burro, porque todas as coisas em Capuava davam confusão, com Juscelino, com Jânio, com Jango —, assinou o decreto da Supra, dos açudes, rodovias, ferrovias. Mexeu com os proprietários, com os comerciantes, com a Igreja católica, e ainda por cima com a classe média urbana, que tinha medo do fantasma do comunismo. E como se não bastasse tudo isso, rompeu também com a hierarquia militar. Disse no Automóvel Club: “Não permitirei que em nome da disciplina sejam cometidas as maiores indisciplinas!” Quer dizer, estava recriminando os oficiais. Aí foi que a bomba estourou. Fora o fato de que quando chegou aquele cabo Anselmo, o ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, teve de se levantar da mesa para apertar a mão dele. Isso os generais me disseram na noite do golpe — estavam vindo comigo para o Palácio Guanabara e espumavam

levante com o apoio do comandante da corporação, o vice-almirante Cândido Aragão. A ordem de Goulart proibindo a invasão do local provocou o pedido de demissão do ministro Sílvio Mota, que no dia 27 seria substituído pelo almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. No dia 26 os marinheiros deixaram o Sindicato dos Metalúrgicos e foram presos, mas poucas horas depois foram anistiados. No dia 28, o Clube Naval entrou em assembléia permanente, tendo sido a primeira agremiação militar a se colocar ostensivamente contra o governo Goulart. Os associados lançaram um manifesto denunciando a rebelião dos marinheiros como um desrespeito à hierarquia militar. Ver *DHBB*, op. cit., e Maria Celina D’Araujo et al., *Visões do golpe*, op. cit.

de ódio: “Como é possível, um almirante, um oficial-general se levantar para apertar a mão de um cabo? Isso não existe! É o fim, estamos desmoralizados!”

O senhor foi para o Guanabara enviado pelo jornal? Daí a entrevista com Lacerda?

Sim. Nesse dia a ordem era cobrir a rua, e eu, como era repórter político, fui indicado para o Palácio Guanabara. Mas antes estive na rua, para sentir o clima. Fui a pé até a Cinelândia, porque não havia automóvel, não havia nada, os carros dos jornais também deviam se retrair porque era perigoso, não se sabia para que lado a coisa ia. Saí por ali, pela avenida Chile, e vim pela avenida Rio Branco. Alguém me disse: “Passa ali pela porta do Clube Militar”. Passei pelo Clube Militar e havia um protesto, na porta, contra o golpe, pessoas esculhambando. O clima estava tenso, quando alguém chegou na janela e atirou. Um tiro pegou um rapaz pretinho, magrinho, ao meu lado, e ele não sentiu. A bala penetrou na virilha. Ele saiu andando um pouco na minha frente, normalmente, mas, na altura do cinema Metro, caiu. O gerente mandava fechar as portas, e o pessoal queria abrir para socorrer o rapaz, porque o sangue escorria pela perna. O tiro foi dado da janela do Clube Militar, porque senão não pegava a virilha do rapaz.

Como não havia, da parte do pessoal do PTB, ou do governo, uma reação, só havia o almirante Aragão, cujo sonho era matar o Carlos Lacerda, querendo invadir o Guanabara, senti no ar que o Jango não tinha ordenado nenhuma ação militar. Sem o Jango ordenar uma ação militar, ficava difícil. Quando voltei ao *Correio da Manhã*, tive a sensação nítida de que o Jango tinha caído, porque a reação do governo não estava à altura da ameaça colocada com o Mourão Filho. Quando veio a notícia de que o Jango tinha deixado o Rio, tinha ido para Brasília e para o Rio Grande do Sul, ficou claro o recuo. E se o Jango era o presidente e estava na posição da legalidade, qualquer recuo dele significava fraqueza. Ele não podia dar essa demonstração. Ficou liquidado no momento em que saiu do Palácio Laranjeiras.

Vocês acompanhavam as informações sobre os movimentos das tropas de Minas para o Rio?

Acompanhávamos. Essas rádios menores, comunitárias, que são muitas no Brasil, algumas até noticiaram. E nós tínhamos um rádio no *Correio da Manhã* que pegava bem. Foi nele que pegamos a Cadeia da Legalidade em 1961, do Brizola. Naqueles dias quase que eu cometo um erro, quando o Jango estava vindo. O erro seria meu, mas revi a tempo. Jango, ao chegar ao Rio Grande do Sul para ir para Brasília — embora o Aldo de Moura Andrade tivesse dito para ele vir tranquilamente, havia a tal “operação mosquito”²² —, fez um pronunciamento no Palácio Piratini, ao lado do Brizola, muito bonito. Jango, quando se emocionava, falava muito bem. Podia não dizer nada, mas tinha emoção, era um emotivo. Morreu por isso, também. Mas ele terminou dizendo qualquer coisa que eu ouvi como “espero que as armas não falhem”. Quer dizer, seria uma afirmação no sentido do desfecho militar, de “vamos para a luta”. A sorte foi que eu fiquei na dúvida e pensei: isso não é do Jango. Ouvi a gravação de novo. Estava ao meu lado o Louzeiro, escritor, que era copidesque, e o Louzeiro também ficou em dúvida com a frase. Afinal pusemos “as armas não falem”, e assim ficou.

Sempre procurei a clareza da idéia, para que qualquer pessoa entendesse o que estava sendo dito. Como Carpeaux fazia no editorial. Uma criança de 11 anos ou um homem de 110 — era o orgulho dele — podiam entender facilmente aquilo que estava escrito, porque a idéia era clara, cristalina, assim como um copo d’água. A complexidade é outra coisa, é a definição do de Gaulle de política: é uma ação firme e forte em torno de uma idéia clara e simples. Algo

²² Operação planejada, mas não executada, por um grupo de oficiais da Aeronáutica, de ataque ao avião de João Goulart quando este estivesse chegando a Brasília. Ver *DHBB*, op. cit.

extremamente complexo mas cujas formulações todas têm que ser claras, senão o sujeito pode estar fazendo filosofia como Sartre, como Bertrand Russell, mas não está fazendo política.

Mas nós sentíamos, enfim, que o Jango tinha caído por isso, porque ele não comandava mais. As notícias que vinham pelo rádio a favor dele perdiam força. Para o locutor, seja lendo ou dizendo, é impossível mentir, porque o tom da voz vai traduzir a sua dúvida.

Por que o senhor foi indicado para fazer a entrevista com Lacerda num momento tão crítico? O senhor se ofereceu?

Não. Eu era um bom repórter político, e o chefe da reportagem na ocasião era o Alípio Monteiro — morreu recentemente, era meu amigo, foi até quem me botou no jornal. Ele confiava muito em mim e sempre achava que eu ia fazer bem a matéria política. Então disse: “Você vai e entrevista o Lacerda”. Lá fui eu. Alguns jornalistas chegaram depois, mas por acaso — a sorte às vezes me protege em algumas reportagens, como na do Clube Naval e nessa também — cheguei antes e falei com o Lacerda primeiro. Estavam ele, a mulher dele, dona Letícia, Armando Falcão, Rafael de Almeida Magalhães, Júlio de Mesquita, do *Estado de S. Paulo*... Não havia muitas pessoas na sala. Havia também um general de que me esqueço o nome, que foi conosco. Eu estava no *Correio da Manhã*, saímos, passamos de carro pela Praia do Flamengo — naquele momento estavam quebrando o prédio da UNE, depredando tudo, demolindo, por pouco não pegaram naquele dia o José Serra, que era o presidente —, e entramos pela Praia de Botafogo. Na esquina da rua Farani, o general se identificou. Como o *Correio da Manhã* estava apoiando a queda do Jango, o jornal estava bem com o Lacerda. Fui lá e fiz a entrevista com ele e com Armando Falcão.

Lacerda estava calmo? Ele gostava dessas situações de crise, não é?

Gostava, mas o risco físico o abalava. Lacerda estava nervoso, excitado, satisfeito com o resultado, falando muito na história do major Léo Etchegoyen, filho do general Alcides Etchegoyen, que entregou os tanques a ele. É que houve um temor, quando os tanques vieram pela rua Pinheiro Machado, de que fossem invadir o Guanabara. Muitas pessoas que estavam armadas no palácio para defender Carlos Lacerda sentiram que, no momento em que se aproximou o confronto, a coisa mudou. É como no pugilismo: você antes diz que vai fazer e acontecer, mas quando chega a curta distância você sente o peso da realidade.

Durante a entrevista Lacerda falou muito sobre planos, em moralizar o país etc. Armando Falcão dava umas peruaças, e foi aí que eu senti a extensão e a profundidade do golpe, quando perguntei: “Mas o Congresso vai referendar o governo revolucionário?” Falcão cortou e disse: “Vai referendar, porque senão vão ser cassados os que não referendarem”. Quando o Falcão usou essa expressão, senti que o sistema tinha-se deslocado muito para a área militar. E disse na redação à noite que dificilmente voltaria para a área civil.

Lacerda permitiu que a entrevista saísse na íntegra, houve alguma censura posterior?

Não, nenhuma. Ele estava satisfeítíssimo com o *Correio da Manhã*. Disse: “Esses editoriais, ‘Basta!’ e ‘Fora!’, foram editoriais dos bons tempos!”²³ Mal sabia ele que no dia seguinte, junto com a sua entrevista, sairia um artigo, “Pranto”, que arrasava Carlos Lacerda. Era um artigo do Salim Simão, que já morreu. Dizia que o Lacerda, depois da revolução, tinha caído no pranto: “Trata-se de um covarde que não resistiu à tensão acumulada”. No dia seguinte Lacerda já seria alvo do *Correio da Manhã*.

²³ O editorial “Basta!”, publicado em 31 de março de 1964, criticava duramente João Goulart, que estaria tomando para si, ao editar decretos-leis, as funções do Legislativo. “Fora!”, publicado em 1º de abril, exigia a renúncia do presidente. Ver *DHBB*, op. cit.

Mas naquele dia Lacerda estava muito satisfeito, com a sensação da vitória e da véspera do poder. Pouco depois, como já disse, chegaram outros jornalistas ao palácio, e chegou também o Magalhães Pinto. Magalhães deu uma entrevista, frisou que tinha uma responsabilidade muito grande, apontou quase como no anúncio, hoje, da número um, e disse: “Fui o primeiro a desencadear o movimento...” Lacerda ouviu aquilo e saiu obliquamente da sala. Parecia o *Júlio César* de Shakespeare, no cinema, dirigido por Manckiewicz; quem fazia o papel de Marco Antônio era até o Marlon Brando. Certamente Lacerda foi aos bastidores articular a compra do tempo da televisão, porque logo depois que o Magalhães encerrou, ele voltou e fez um pronunciamento. E já entrou em atrito com Castelo Branco, porque terminou dizendo mais ou menos assim: “Sou seu companheiro, sou seu amigo e quero ser seu sucessor no palácio”. Terminou assim a entrevista na televisão. Quer dizer, Lacerda já ficou ávido pelo poder.

Mas apostava no jogo eleitoral.

Exatamente. Mas usou o tom errado, falou sobre política externa e terminou dizendo aquilo. Deixou caracterizada a revolução como uma passagem, mas os grupos que assumiram o poder não estavam vendo a revolução daquela forma. Uma das coisas que alimentam e realimentam a política, e será eternamente assim, é que não existe no mundo, nunca existiu nem existirá, nenhum sistema de poder capaz de contentar a todos os grupos que o formam durante um tempo médio. Nunca houve isso, nem com Stalin, nem com Hitler, nem com Roosevelt, não há. A divergência sempre existirá. Naquela noite, surgiu logo uma contrariedade.

As eleições de 1965

Quer dizer que já no primeiro dia do golpe estava sendo posta na mesa a candidatura Lacerda 65.

Exatamente isso. Ele já vinha preparando a sua candidatura. Tinha sido homologado candidato em Niterói, na convenção da UDN. Queria a manutenção da eleição sem Juscelino, claro, porque do Juscelino ele não ganhava. A cassação do Juscelino eram favas contadas. Eu disse isso no jornal, alguns achavam que não. Eu disse: “Não adianta, Juscelino não vai emplacar, Juscelino é a vitória de todo o sistema que foi deposto há 15 dias. Eles não vão realizar eleições”. E não realizaram mesmo.

Lacerda sempre enfrentou na vida adversários fortes, e um deles, muito forte, era ele próprio. A mesma coisa o Brizola: vejam as besteiras que o Brizola fez ao longo da vida, são catastróficas. Lacerda, ao se opor à posse do Negrão, esqueceu que, enfraquecendo o Castelo, sua candidatura à presidência poderia ser tragada. Como foi. Mas ele a entregou na bandeja ao ministro do Exército, Costa e Silva. Um vereador lá do subúrbio do Rio não tomaria aquela atitude. Um gênio tomou. Carlos Lacerda viu a crise e, ao invés de absorver a derrota para o Negrão no Rio, quis partir para o tudo ou nada quando a candidatura dele à presidência da República ainda estava de pé. Bastava ele tentar fortalecer o Castelo contra aqueles que estavam contra a posse do Negrão e do Israel Pinheiro. Uma palavra do Lacerda esvaziaria o movimento.

Em 1965, na eleição para governador da Guanabara, o Correio da Manhã se colocou claramente a favor da campanha de Negrão de Lima. O senhor se envolveu nessa campanha pelo jornal ou pessoalmente?

Eu me envolvi duplamente. Eu me dava muito bem com o Negrão, e o roteiro principal do discurso que ele fez na convenção do PTB, quando afinal emplacou, era meu. Negrão era um homem muito civilizado: 46-1884, o telefone dele nunca saiu do catálogo, nem como prefeito, nem como governador, nem como chanceler. E ele atendia telefone. Um

autor fez a peça *Eles não usam black-tie*; eu fiz um artigo, “Eles não atendem telefone”. É a coisa mais difícil no Brasil. Você liga para um sujeito do poder e ele não dá volta, não dá bola, é uma coisa horrível. Vai você ligar para o chefe de uma seção aqui: “Diz que eu não estou, diz que já saí, hoje não volto, só volto terça-feira, fui para Brasília”. Vem essa coisa de o sujeito armar uma cilada de pretextos para fugir, criando tensão para si e para os outros. Pega o telefone logo e vê o que é! Essa coisa clara falta ao brasileiro. Mas o Negrão não era assim. Alguém ligava para a casa dele: “Governador, não posso sair, está uma enchente aqui, lamento ter que incomodá-lo...” Ele: “Não, não, tem razão. O senhor é um contribuinte, paga impostos. Vou ver”. Era um homem civilizado. E calmo. Das duas qualidades que os políticos mineiros tinham, uma era a integridade pessoal, a honestidade, e a outra, o conhecimento do quique da bola. Eles não se precipitavam. Faziam o oposto do Lacerda e do Brizola.

Quando Negrão foi escolhido candidato, era até o candidato do Castelo, porque interessava ao Castelo enfraquecer o Lacerda. Negrão então foi disputar uma convenção na sede do PTB, na rua Álvaro Alvim, num edifício baixo que já não existe mais, velhíssimo, horrível, com instalações precárias. No final da convenção estava dando Negrão e Roberto Gonçalves Lima para vice, mas roubaram a urna, agrediram o Lutero Vargas e jogaram as cédulas com os votos pela janela. Aliás, isso motivou uma frase sensacional do Lacerda no dia seguinte, manchete do *Diário de Notícias*. Ele disse assim: “Roubaram a urna ontem. O que roubariam depois?” Não é fantástico? Lacerda era brilhantíssimo. Isso até intimidava, porque às vezes o sujeito ia discutir com ele, de repente ele pegava um trocadilho, e aquilo podia levar a pessoa ao ridículo. E havia também aquele olhar estranho que ele passava. Era uma presença desagradável a curta distância. Muito brilhante, mas desagradável. Você fazia a entrevista, achava bom, acompanhava, mas no fundo estava com vontade de encurtar aquele diálogo, tinha a sensação de que queria fazer a tarefa e sair dali.

Mas o PTB então fez uma segunda convenção, no Palácio Tiradentes, porque aquele prédio da Álvaro Alvim não agüentava, ia desabar, era horrível mesmo. E o Negrão perdeu para o Lott por quatro votos. Mas o Lott não emplacou, e fizeram uma outra convenção, em que o Negrão afinal ganhou disparado, com 90% dos votos. Faltavam 22 dias para a eleição, e pouca gente acreditava na vitória. À noite fomos à casa dele e vi — estava lembrando isso outro dia com o Humberto Braga, que foi nomeado por ele para o Tribunal de Contas — que só eu e o Humberto Braga acreditávamos na capacidade do Negrão de passar o Flexa em três semanas.

O Correio da Manhã mantinha a mesma norma de 60, ou seja, quem era Negrão cobria Negrão?

Sim: quem estivesse com o Negrão cobria o Negrão, e quem estivesse com o Flexa cobria o Flexa. Às vezes você cobria um mas ia ver o outro também. Por exemplo, no dia da eleição eu tinha passado na casa do Negrão e também passei pela casa do Flexa, para ver os dois. Lacerda chegou lá muito contrariado, o Flexa se levantou, encaminhou-se para ele, a mulher do Flexa também, e o Lacerda respondeu rispidamente. O Flexa tinha uma pesquisa da Marplan que dava a vitória a ele. Lacerda pegou a pesquisa, jogou no sofá e disse: “Pesquisa, só acredito na do Ibope.” E saiu porta afora. O Flexa acabou rompido com ele, porque eles tinham combinado que o Lacerda não se meteria na campanha, só falaria da parte administrativa, não politizaria o debate, porque politizando o debate vinha o fantasma de Getúlio Vargas. Mas o Lacerda não se conteve. Tinha aceitado a combinação, mas não podia se sentir fora da coisa.

Lacerda morreu — eu disse isso num artigo na *Tribuna* na ocasião —, seu coração parou, por falta de realimentação, que só o debate apaixonado e alucinado lhe proporcionava. Ele gostava daquilo. Tinha uma maioria sólida na Assembléia Legislativa, mas um dia, não

sei o que deu no homem, que ele de manhã foi ao palácio, pegou a caneta e demitiu as chefias todas: Sami Jorge, Gonzaga da Gama, Levi Neves, não sei quem mais. Quando a sessão abriu, às duas horas da tarde, foi um cacete só no Lacerda, um clima de revolta. Ele aí foi para a televisão, o outro foi para a Justiça... Ele queria era a coisa alucinada. Se você adormecesse o jogo, para ele não servia.

No começo, o Flexa vinha bem na pesquisa. Exatamente 15 dias antes da eleição, estive no Ibope, e a pesquisa dava 41 a 26. Mas aí fiz um comentário de que o Lacerda não gostou — não gostou, mas também não se irritou. Chamei a atenção para o fato de que a pesquisa ainda estava aberta, porque havia um índice de indefinição muito grande nas classes pobres, enquanto a classe média toda estava fechada com o Flexa. Se houvesse qualquer rastilho de pólvora que pudesse acender a emoção na classe pobre no final, o quadro poderia se equilibrar. Não previ a derrota do Lacerda, mas ele foi à televisão e tocou no assunto, respondendo. Quando deu 10 dias, ele contratou uma pesquisa do Ibope, exclusiva, e proibiu a divulgação. Eu ia todo dia ao Ibope, e eles já não estavam mais me dando informações. Senti que a coisa tinha endurecido. A pesquisa entretanto vazou. Uma noite, Edmundo Moniz, ou alguém, disse no jornal que a pesquisa tinha dado 39 a 39. Liguei para o Paulo Montenegro e ele ficou perplexo, ficou muito preocupado, porque a situação financeira da empresa não era boa, e ele certamente tinha medo de uma ruptura do contrato com o Lacerda. Ele me ligava de 10 em 10 minutos para a redação do *Correio da Manhã* perguntando se o *Correio* ia dar a matéria. E nós não demos. Mas o fato é que a pesquisa deu 39 a 39. Aí, é como na corrida de cavalo: quando quem vem de trás encosta, a tendência é passar. É muito difícil o ponteiro reacionar.

Quando o Lacerda sentiu que podia ser ultrapassado, bateu o desespero, e ele requisitou, contra a lei, um horário na TV Excelsior — foi matéria minha no *Correio da Manhã*, no espaço disponível da primeira página, umas 30 linhas: “Lacerda contra a lei admite derrota na TV”. Decretada a falência da Excelsior, o governo da Guanabara tinha sido encarregado pelo governo federal da sua administração. Lacerda não respeitava coisa nenhuma e, como havia sido indicado administrador da Excelsior, foi lá e fez um programa. Ele não podia falar no horário eleitoral! Eu participava mais tarde de um programa na TV Rio junto com Oliveira Bastos, Carlos Chagas, Villas-Bôas, Wilson Figueiredo, Newton Rodrigues, e acabou dando confusão, vou explicar por quê.

Sentindo o 39 a 39, Lacerda achou que precisava revitalizar os lacerdistas, principalmente as mulheres — as mulheres tinham uma tesão no homem desgraçada! Ele mesmo deve ter dirigido o programa na TV Excelsior. Como tinha traduzido o *Júlio César* de Shakespeare — a tradução parece que era boa, tanto que o Carpeaux não escolheu —, conhecia bem o tema. Ficou num canto, fingindo que não sabia que estava no ar, mas estava. Aí a câmera vem, faz uma tomada oblíqua nele, cabeça baixa. Quando a câmera fez aquela tomada, eu me lembrei do Lawrence Olivier no *Ricardo III* de Shakespeare, quando ele diz: “Eu era um sujeito tão feio que até os cães fugiam à minha passagem...” Lacerda era a imagem do desânimo. Aí ele começou — os udenistas da redação ficaram perplexos, todo mundo assistindo: “Ué, está no ar?” Olhou a câmera em silêncio — foi bonito esse dia — e depois disse: “Não há dor pior” — com aquela voz que vinha de dentro, não era nem voz de garganta, era voz de cantor de ópera — “do que a dor do remorso”. Ai, meu Deus, e agora? Repetiu: “Não há dor pior do que a dor do remorso. Quando, nas torneiras, não houver mais água; quando, nas escolas públicas, não houver mais vagas;” — aí levantou o tom — “quando os carros e camionetes oficiais voltarem a parar na porta dos restaurantes, das *boites*,” — subiu mais ainda — “dos cabarés,” — aí fez um gesto, apontando o dedo — “dos *rendez-vous*... E tudo isso para quê? Para entregar o governo da Guanabara a um ladrão!”

Foi uma bomba! Quando o Lacerda acabou de falar eram umas 10 horas, fiz a minha matéria rapidamente, peguei o carro e fui para o nosso programa na TV Rio, no Posto 6, onde hoje é o Cassino Atlântico. Negrão não agüentou — porque no meio do programa da Excelsior, além de o chamar de ladrão, Lacerda disse que o Negrão tinha ofendido a mãe dele — e partiu também para lá. O homem tremia mesmo, estava armado, se encontrasse o Lacerda, matava. Disse: “Nunca ofendi a mãe de ninguém! O que eu fiz, um dia, foi esta carta que *O Globo* publicou em 1956. Chamei o Lacerda de cáften da desgraça alheia, cortou os pulsos para não ir para o Exército!” E leu a carta. Àquela altura, a Justiça Eleitoral queria enquadrar o programa e a todos nós por causa da presença do Negrão. Um juiz do TRE andou chamando os participantes, mas convocação não foi atendida e caiu no esquecimento.

O fato é que Lacerda confessou a derrota e, ao fazê-lo, o efeito foi o oposto do que ele pretendia. Ele pretendia criar um choque e reacender o udenismo. Mas não, acendeu os adversários. E Negrão então, em 10 dias, de 39, acabou fechando em 51.

Nessa espécie de debate torto pela televisão, Lacerda e Negrão alcançaram a mesma repercussão?

A repercussão do Lacerda na TV Excelsior foi grande, a do Negrão nem tanto, a não ser por notícias no dia seguinte, até porque o programa foi mais tarde. Mas Lacerda impactou porque desrespeitou a lei, convocou um canal que estava sob a administração do governo do estado — era o rei sem lei, era aquilo que o Carpeaux pegou. Ele foi brilhante no seu monólogo de Ricardo III, se inspirou nitidamente no Olivier, você vê no filme aquela coisa, as tomadas oblíquas, o modo de olhar e a frase “era tão feio que até os cães...”. Carlos Lacerda fez o teatro dele naquela noite, mesmo reconhecendo a derrota não resistiu à representação. Por isso é que eu digo que no fundo ele foi adversário de si mesmo. Não resistiu a 65. Se tivesse tido um pouco mais de calma não teria havido o Ato 2. Era só ele absorver a derrota.

A mudança do voto jovem a partir da renúncia de Jânio, a que o senhor se referiu, foi muito importante para a vitória de Negrão?

Foi. Negrão conseguiu se sair bem na Zona Sul com o voto jovem, que foi, como eu disse, onde houve a mudança. Houve uma mudança abrupta na juventude com a renúncia do Jânio. Ela criou um choque, uma decepção entre os eleitores dele, mas terminou fortalecendo a idéia de 64, pelo seguinte: sem dúvida alguma, o grande divisor de águas da política até então era Getúlio Vargas. Os antivarguistas perderam em 30 para Vargas, perderam em 32, perderam em 34, perderam em 37; quatro derrotas. Derrubaram-no em 29 de outubro de 45, mas em 2 de dezembro Dutra venceu a eleição com o apoio dele. Muito bem, essa foi a quinta. Depois a sexta derrota, em 50, foi para o próprio Vargas. Em 54 ele se suicidou, mas o varguismo venceu com Juscelino em 55: sétima. Depois de sete derrotas políticas, os antivarguistas vencem nas urnas com Jânio Quadros. E o que o candidato vitorioso faz? Renúncia, e entrega o poder a quem? A um sujeito que tinha sido trazido para a política pelo próprio Vargas! Há certos afetos que só se tem por um filho. Não sei que qualidades Getúlio Vargas identificou em João Goulart, mas estou com a peça do Nelson Rodrigues, *Álbum de família*: não abre o álbum de família, não, porque é um perigo, aparece tio que é pai, avô que é tio, sobrinho que é irmão, irmã que é mãe, é uma complicação. Enfim, o que eu quero dizer é que o processo de escolha de um homem político às vezes também tem caracteres afetivos, como teve esse.

Mas então, o varguismo veio com vitórias sucessivas até João Goulart. Aí o sujeito não agüentava mais. “Pô, espera aí, depois de sete derrotas em 30 anos, quando um candidato nosso vence, ele próprio renuncia e entrega o poder ao varguismo! Vamos cair fora de eleição, porque isso não dá mais!” Se houvesse eleição, voltaria Juscelino, com as forças derrubadas em 64. Juscelino disparava em todas as pesquisas nas capitais, em 10 que o Ibope tinha feito,

nove eram dele. Só em Niterói ganhava o Lacerda. E eu tinha a certeza de que Juscelino derrotaria o Lacerda até em Copacabana e Ipanema, pelo impulso, pela simpatia, pela capacidade de sedução, e pelo fato de que ele não vinha pedindo nada, o que é fundamental na vida humana. Pedir é sempre uma coisa horrível, é melhor você estar na posição de quem pode dar, pode atender a alguém. Juscelino não vinha pedindo voto, era um candidato oferecendo ao eleitorado a vitória, oferecendo uma possibilidade.

Quando mataram o Robert Kennedy na Califórnia, num hotel que ficou fechado até hoje na cidade de Los Angeles, como peça de museu, o que aconteceu? Ele tinha vencido a prévia na Califórnia, o reduto mais conservador do Partido Democrata, mais difícil para um candidato que era senador por Nova York, como ele. Faltava a prévia de Nova York, e quando ele chegasse lá, já chegaria embalado, não pedindo, e sim oferecendo. Vejam como isso é diferente na política. Travei esse diálogo com o próprio Juscelino num jantar na casa do Hélio de Almeida. Ele achava que estava certa a colocação que eu fazia, porque candidato é isso, tem que chegar dando, oferecendo perspectiva. Não é “vou contar com esse, vou contar com aquele”. O candidato forte não conta com ninguém, os outros vêm depois, vêm na onda. Se começar a contar com esse, com aquele, não adianta, é pior, é negativo, se enfraquece. A história política no fundo é uma história humana. É apenas uma dimensão maior da vida de todos nós, das nossas dúvidas, dos nossos erros, acertos, fraquezas, avaliações e tudo mais que nos envolve e emociona. É esse o problema. Sessenta e cinco foi a eleição em que Lacerda sepultou a própria candidatura. Conseguiu derrotar a si próprio. Perdeu ali.

Uma coisa que impressiona no seu relato da eleição de 1965 é a importância das pesquisas. E, particularmente, seu interesse por elas.

É verdade. Naquela época a *Última Hora* fez uma manchete em cima de uma matéria que eu tinha mandado para lá, muito interessante, sobre a pesquisa do Ibope. Paulo Montenegro disse: “Vamos fazer um prognóstico, você faz um texto e a gente manda para os jornais”. No dia seguinte, a manchete da *Última Hora* dizia, em letras garrafais: “Ibope: Negrão venceu”. Três anos antes, em 62, o Ibope tinha tido que fazer uma permuta com a *Última Hora* para publicar um prognóstico da eleição no Rio. Durante aqueles três anos sempre acreditei no Ibope e pude citá-lo no *Correio da Manhã* algumas vezes, esbarrando em contrariedades, porque se tratava de uma empresa particular. Hoje o nome de qualquer empresa sai no jornal, como aliás deve ser, mas naquele tempo era tabu. Alegavam que você podia ser ligado, podia estar recebendo da empresa. Mas essa é que foi a grande passagem do Ibope: de publicar um prognóstico por permuta em 62 para ser manchete gratuita do mesmo jornal em 65, e hoje ser amplamente divulgado pelas pesquisas que faz. Vejam a credibilidade que a pesquisa adquiriu através do tempo. Sou um pouco responsável por isso, por sempre ter sido um jornalista que acreditou em pesquisa. Por sorte nunca nenhuma delas falhou comigo. Se há uma contribuição que eu trouxe ao jornalismo, foi a de dar personalidade aos números. Não basta ver os números, é preciso ver *nos* números.

Hoje em dia se tem um certo consenso de que o eleitorado do Méier é um excelente termômetro para toda a cidade do Rio de Janeiro, principalmente devido à convivência das diversas camadas sociais. Na década de 60 já era assim, o Méier era um preferencial?

Era, exatamente, sempre foi. O Méier e a 2ª Zona, o bairro de Fátima e Riachuelo. Mas depois a 2ª Zona perdeu importância e ficou o Méier. Todo candidato de eleição majoritária no Rio que ganhou no Méier foi o mais votado: Lacerda ganhou no Méier, porque o Tenório dividiu; Negrão ganhou no Méier; César Maia ganhou no Méier; Marcello Alencar ganhou no Méier; Brizola ganhou no Méier. O Méier é o termômetro do Rio. Sempre acontece o seguinte: se o candidato for preferencial das classes médias, e for bem no Méier, é porque disparou na Zona Sul e na Tijuca e conseguiu alguma coisa no subúrbio. Se o

candidato do subúrbio vencer no Méier, é porque disparou nas áreas pobres do Rio e conseguiu alguma coisa na Zona Sul.

Chagas Freitas e o chaguismo

O sucessor de Negrão de Lima, em 1971, foi Chagas Freitas.²⁴ Mas as origens do chaguismo são muito anteriores. Como se fez a inserção de Chagas Freitas nos meios jornalísticos em 1950, com A Notícia?

Chagas Freitas era um promotor de Justiça e também jornalista, não sei se da própria *Notícia* ou de algum outro jornal. E aí, como repórter, na campanha de 50, teve muito contato com Ademar de Barros. Em alguns momentos Ademar de Barros pensou em ser candidato à presidência da República, antes do acordo que firmou com Getúlio. Não quero dizer que Chagas Freitas tenha convencido Ademar de Barros, mas sua idéia terminou convergindo com a dele, de que lhe convinha ter um jornal no Rio de Janeiro, uma vez que o Ademar já era muito forte em São Paulo. Naquela ocasião Ademar era fortíssimo, tanto que Juscelino, quando ganhou dele em 55, ganhou não por ser tão forte individualmente, mas por ter atrás de si uma coligação entre o PSD, o PTB e o PR, partido que tinha uma seção forte em Minas e outra na Bahia. Já o Ademar não tinha nada: o PSP, Partido Social Progressista, era o partido do eu sozinho, era o Ademar e mais ninguém.

Ademar então vacilou em 50, se se lançava ou não candidato, até que resolveu fazer um acordo com Getúlio Vargas: apoiar Getúlio em 50, com a perspectiva de Getúlio apoiá-lo em 55. Getúlio evidentemente aceitou logo isso; no momento do acordo o texto saiu diferente, mas era irreversível, já tinha sido feito. E o Ademar comprou um jornal no Rio de Janeiro, *A Notícia*. Há um ano ou dois, *A Notícia* ressurgiu como jornal pornográfico. Antes não era não, era um bom jornal.²⁵ Era assim como *O Dia*, bem-feito, e antecedeu *O Dia*.

O Dia é de 1951.

Sim. E *O Dia* — esse ponto é importante esclarecer — sempre foi do Chagas Freitas. Chagas Freitas comprou *O Dia*, editou e colocou o jornal na rua. *A Notícia* era do Ademar de Barros, mas Chagas exercia a direção do jornal através de procuração. Houve aumentos de capital na *Notícia* e, pelo que sei, Chagas foi adquirindo ações até que, em determinado

²⁴ Antônio de Pádua Chagas Freitas nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 4 de março de 1914. Diplomado em direito em 1935, iniciou sua carreira jornalística no jornal *A Tarde*. Em 1938, ao realizar uma entrevista com Ademar de Barros, estreitou o contato com o político paulista, vindo a se filiar ao Partido Social Progressista (PSP), criado por este em 1946. Tornou-se então o principal articulador do PSP no Rio de Janeiro, mas foi derrotado nas eleições de 1950 para a Câmara dos Deputados. Em 1950 comprou, junto Ademar, o jornal carioca *A Notícia*, e no ano seguinte fundou *O Dia*. Eleito em 1954 para a Câmara dos Deputados, reelegeu-se em 1958, 1962 e em 1966, já aí na legenda do MDB. Em 1970, foi eleito indiretamente governador da Guanabara. Após a aprovação da fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro, disputou com o grupo de Amaral Peixoto o controle do MDB no novo estado. Mesmo após seu afastamento temporário dos quadros do MDB, a corrente chaguista obteve hegemonia, conseguindo que seu nome fosse aprovado pela Assembléia Legislativa para a sucessão do governador Faria Lima em 1978. Com o fim do bipartidarismo organizou no Rio de Janeiro o Partido Popular (PP), que posteriormente foi fundido ao PMDB. Nas eleições de 1982, rompeu com Miro Teixeira, candidato que havia ungido politicamente como seu sucessor, sofrendo então sua maior derrota eleitoral. Afastou-se a partir daí da vida pública, vendeu seus jornais e faleceu no Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1991. Ver *DHBB*, op. cit.

²⁵ Ver, neste volume, o depoimento de Villas-Bôas Corrêa.

momento, Ademar ficou minoritário. Ademar então rompeu com o Chagas, mas tinha perdido o controle acionário do jornal para ele. Os herdeiros do Ademar entraram na Justiça, e a ação de posse da *Notícia* deu margem também a uma ação indenizatória em relação a *O Dia*, não porque eles contestassem a posse do *Dia*, mas porque *O Dia* teria sido impresso com os equipamentos da *Notícia*. Caberia então uma indenização à *Notícia* pelo uso do parque gráfico, talvez até mesmo da redação. Mas a ação se eternizou, como tantas outras no Brasil, e os dois jornais acabaram mudando de dono, pois Chagas Freitas os vendeu, até por um preço muito baixo, para o Ary de Carvalho. *O Dia* hoje está aí, e é um sucesso. Já *A Notícia* virou um jornal pornô.

Enfim, a origem de *O Dia* foi *A Notícia*, e a origem de Chagas Freitas na política foram os dois jornais.

Ainda em 1950 Chagas Freitas candidatou-se a deputado federal, mas perdeu. Só conseguiu se eleger em 1954.

Sim. Em 50 ele perdeu por um número mínimo de votos para Benjamim Farah e ficou como primeiro suplente. Mas não desistiu do projeto de unir a imprensa do povão, a imprensa acentadamente popular, ao seu projeto político-eleitoral — mais eleitoral do que político, porque naquela ocasião ele não tinha grande preocupação política. Queria ter um mandato, e o seu jornal agia em função do dono.

Como isso era feito na prática?

O Dia era um jornal mais de crimes do que é hoje — não deixou de ser até hoje, mas agora é um jornal muito mais bem-feito. Eram crimes em larga escala. É preciso ver que a notícia do crime, do conflito, da violência urbana, da violência humana, tem um apelo muito forte junto ao povão. Outro fator de apelo era que *O Dia* também cobria bem o futebol. Finalmente, *O Dia* cobria muito bem os sindicatos. Essa é a maior explicação. É preciso não subestimar a importância do jornal na área trabalhista, porque os sindicatos, os trabalhadores, os funcionários, se sentiam, até com razão, representados pela voz do jornal.

Por exemplo, a toda questão popular, de interesse coletivo, de interesse dos trabalhadores, dos funcionários públicos, dos servidores, Chagas Freitas dava o seu apoio no jornal. E tinha uma coluna. Depois, a partir de 54, quando foi eleito deputado federal, passou a ser co-autor de todos os projetos de interesse popular que entravam na Câmara Federal. Benjamim Farah apresentava alguma coisa a favor dos combatentes da Marinha Mercante durante a guerra, pronto! No dia seguinte o jornal estampava lá o projeto, de Benjamim Farah e Chagas Freitas. Havia um homem em Brasília que foi secretário particular do Chagas quando ele foi governador, na época era funcionário da Câmara Federal, chamado Joaquim Mário. Era um funcionário competente, desses que os políticos absorvem, que não são homens de pensar — político não gosta muito de sujeito que pensa ao lado dele —, enfim, um homem muito eficiente, por exemplo, para fazer um levantamento dos projetos que eram apresentados. Isso aliás não é difícil, é só ler o Diário do Congresso. Mas se o sujeito quiser saber antes, tem que ir à secretaria da Mesa, porque ela é justamente encarregada de receber todos os projetos e preparar os despachos, que o presidente manda a uma comissão obrigatória, a Comissão de Constituição e Justiça. Não há nenhum projeto que tramite sem que vá primeiro à Comissão de Constituição e Justiça. Então, se alguém for à secretaria da Mesa ou à Comissão de Justiça, sabe de todos os projetos que entram. Chagas Freitas, com isso, tornava-se co-autor de todas as proposições, embora às vezes nem estivesse em Brasília. Mas assim era feito e assim ele somava.

Chagas Freitas defendia de fato os assalariados, sem dúvida alguma. Podia não dar certo, mas defendia. É aquilo que mais tarde, num jantar, quando ele era governador — meu

sogro, Erasmo Martins Pedro, era o vice dele —, ele deixou escapar, ao falar da cobertura sindical do jornal: “Esse é o meu viveiro”. Quer dizer, era como se fossem pássaros que ele alimentasse. Mas ele teve muito êxito, foi um grande empresário, um administrador muito eficiente, conseguiu fazer do jornal dele exatamente aquilo que se propunha fazer nesse período de 1954 a 60. Em 58, por exemplo, ele foi eleito com 93 mil votos. Em 62 caiu para 47 mil, mas sabem por quê? A briga com o Ademar estourou, e o Ademar ia expulsá-lo do PSP. Ele então se mudou para o PSD.

Vejam aí a mistura entre o jóquei e o cavalo. O PSP era uma força muito afim, muito próxima do PTB, do povão, da galera daquele tempo. Até um erro que cometem com grande frequência a respeito de Getúlio Vargas é acusá-lo de populismo. O PTB era o trabalhismo, o PSP do Ademar de Barros, sim, era o populismo. Qual é a diferença que eu vejo? Vejo que o trabalhismo tinha um conteúdo além do PSP. O PSP era o populismo pelo populismo, enquanto no PTB havia uma consciência. Mas as forças eram muito próximas. Se você tirasse o PSP de uma eleição, o PTB subia. Na medida em que o PTB subia, o PSP baixava. Eram forças afins, chegaram a ter uns cinquenta e tantos por cento no Rio de Janeiro. Basta ver em 60: Sérgio Magalhães teve 33% e Tenório Cavalcanti, populista, 20%. Os dois somados, 53%. Em 65, as forças trabalhistas — incluídas aí as esquerdistas — e populistas se uniram, e Negrão teve 51%.

Mas a diferença entre populismo e trabalhismo é mais nítida a respeito do Chagas Freitas. Ele era um populista. Queria alimentar reivindicações, mas na verdade não queria resolvê-las. Se fosse Deus e pudesse, não resolveria. Sem querer comparar, Chagas Freitas era um conservador que atuava na área populista; Getúlio Vargas era um reformista. Chagas Freitas sentiu que as classes pobres, naquela ocasião, atendiam muito melhor ao comando publicitário no sentido da eleição do que as classes médias. A força, não política, mas eleitoral, do *Dia* era muito maior do que a força eleitoral do *Globo* ou do *Jornal do Brasil*. *O Globo* e o *Jornal do Brasil* não elegeriam ninguém. Ninguém é força de expressão, elegeriam um. Mas Chagas Freitas elegia seis, sete, com *O Dia*. Por quê? Porque o eleitor do *Dia* era um eleitor muito mais propenso a seguir o comando daquela corrente que o jornal representava, sintetizava, do que o leitor do *Globo* ou do *Jornal do Brasil*. E assim ele utilizou o jornal.

Em 1962, então, Chagas Freitas se reelegeu pelo PSD, com muito menos votos do que tinha tido antes, devido à mudança de legenda, e ficou na dele. Em 66, sentindo que a sua área era a área popular, concorreu pelo MDB. Com a extinção dos partidos em outubro de 65, tinha-se criado um sistema bipartidário, e ou a esquerda ia para o MDB, ou ia para o partido do governo, o que não podia. Chagas Freitas obteve então 146 mil votos e foi o deputado mais votado do Rio. Mas o senador que ele apoiou, Benjamim Farah, perdeu para Mário Martins, que era um antigo udenista mas naquela eleição foi apoiado pela esquerda do MDB na Guanabara. Mário Martins derrotou o chaguismo na eleição majoritária, embora Chagas tenha sido individualmente o mais votado.

Por essa época, eu tinha ficado amigo do Erasmo Martins Pedro. Andava lá pela casa dele, saíamos, íamos jantar e tal. Ele era bom de política, como até hoje é. Conhecia bastante o processo, conhecia bem as estruturas partidárias, porque tinha sido secretário do Israel Pinheiro — Israel era o secretário-geral do PSD, e ele era secretário do Israel, que gostava muito dele. Tinha trabalhado também com Antônio Balbino, outro que gostava dele. Balbino foi governador da Bahia, derrotou Pedro Calmon em 54. Era um homem que sentia um prazer extraordinário com as manobras de bastidores, algo assim quase sensual. Uma manobra, para ele, era como se ele estivesse tocando numa mulher, se envolvendo naquele processo de sedução. Enfim, o Erasmo tinha essa experiência acumulada e vinha fazendo pronunciamentos bastante bons a respeito da reabertura democrática, que eu vinha

publicando no *Correio da Manhã*. E tenho certeza absoluta de que com aquelas minhas matérias que o *Correio da Manhã* publicava — e outros jornais também, porque às vezes, na política, você passa a matéria para mais de um; você às vezes podia se atrasar, chegar tarde, então havia uma certa troca de figurinhas; o jornalismo político sempre foi assim —, enfim, tenho certeza de que, com aquelas matérias, o Erasmo foi se credenciando como homem capaz de articular. E Chagas Freitas, certamente, ao ter contato com ele, percebeu essa qualidade.

Alguém então disse ao Chagas Freitas — não sei quem foi, se o próprio Erasmo ou algum outro — o seguinte: “Olha, o voto direto para governador acabou, agora é indireto. Negrão é o governador, mas não é um homem dedicado a articulações de bastidores, não é de ir a Madureira para o aniversário do sujeito que vende chicabom e que tem votos. Você diz: ‘Vamos lá!’ Ele responde: ‘Não, mas vai ter aquela farofa pesada, salada de batata horrível...’ Batizado do correligionário de não sei de onde, filho do sapateiro lá de Campo Grande: ‘Ih, mas é longe, Santa Cruz...’ Você insiste: ‘Mas ele tem uns 100 votos, temos que ir lá! Depois vamos querer pedir a ele para votar... Vamos, que ele vai ficar satisfeito, vai se sentir honrado, vamos lá!’ Não adianta, o Negrão não vai”. Chagas Freitas sentiu que Negrão e a turma dele não se dedicavam a estruturar o MDB, e o problema era que, daqueles que dirigiam o partido, uns tinham sido cassados, e os outros estavam sob intensa contestação.

Por que a contestação?

Porque em 1966, quando um setor militar resolveu impugnar a candidatura do Mário Martins, do Márcio Moreira Alves, do Hermano Alves e outros, Valdir Simões, que estava na direção do MDB, correu e retirou os nomes dos candidatos antes do julgamento do Tribunal. O procurador era até um sujeito que gostava de todo mundo, Eduardo Bahout, morava ali na Urca, dava almoços fantásticos, queria que todo mundo fosse rico, e foi com um esforço enorme que ele apresentou a impugnação na sessão do Tribunal. Uma coisa vã, vaga, não havia acusação concreta nenhuma. Foi o dia em que conheci Marcello Alencar — depois ficamos amigos —, porque ele era um dos advogados do PTB, suplente do Mário Martins, e estava lá interpellando asperamente o Fernando Abelheira, que tinha participado daquele ato vergonhoso, de retirar os nomes dos candidatos antes do julgamento. O julgamento manteve as candidaturas por unanimidade, e a direção do MDB foi para o espaço. Estabeleceu-se um vazio no partido. Depois também o Valdir Simões foi cassado, em 68. O partido ficou ao léu.

O MDB passou por uma fase difícil.

Sim, pelas cassações e pela desmoralização. Como é que o presidente do partido retira os nomes antes do julgamento? Uma covardia incrível! Esperasse o julgamento! Teria como se justificar diante dos militares. A desmoralização do PTB — do PTB antigo, que já tinha passado para o MDB — foi total. Além do Valdir Simões, houve outras cassações com o Ato 5, e o MDB então ficou acéfalo. E ao mesmo tempo — esse fenômeno é importante — houve um desencanto do eleitorado em relação ao processo político-eleitoral em 1970. Tanto que as eleições de 70 marcaram o recorde de votos brancos e nulos no país, com 32%. Nunca houve isso: 32% de brancos e nulos, somados a 16% de abstenção, deram quase a metade da votação! Mas os brancos e nulos são mais significativos. A abstenção também se explica porque se estava muito distante do último cadastramento. Por exemplo: você tem um índice de mortalidade de 0,7% por ano e um índice de morbidade, doença, de 0,7%; logo, você tem aí 1,4 ou 1,5% ao ano de pessoas que morrem ou ficam impossibilitadas de sair de casa. Se você distancia um recadastramento do outro 10 anos, sem querer aplicar cálculos montantes, chega a 15% de abstenção aparente. Mas, na realidade, não há abstenção nenhuma: ou as

peças morreram — e ninguém se preocupa em dar baixa no título eleitoral junto ao Tribunal —, ou o sujeito está doente e arranja uma justificativa médica.

Mas então o clima que marcava a aproximação das eleições de 70 era de desencanto total. E como havia desencanto, não houve nenhuma luta pela direção do MDB. Chagas Freitas percebeu, em 69, que o partido estava vazio e que era a hora dele. Como na corrida de cavalo, olhou para trás, não viu ninguém e disse: “Vou empalmar o partido”. Quem era a pessoa que ele conhecia mais adequada, mais capaz, com mais sensibilidade para esse tipo de articulação de bastidor? Erasmo Martins Pedro. Em 69, houve uma eleição interna no MDB — eu até votei, ali na cidade, na Escola Gonçalves Dias, naquele tempo o meu título era da 2ª Zona, bairro de Fátima, onde morei —, e a corrente do Chagas ganhou todo o diretório do partido. Negrão não teve sensibilidade para perceber isso, senão ele, como governador, assumia o partido facilmente, nomeava uns caras e botava lá, como se faz na política. Mas como não era um homem com a ótica voltada para essa coisa, e talvez até por um desencanto na ocasião, não ligou, não atribuiu importância a um aspecto que terminaria sendo profundamente importante em 70.

Quando chegou 70, Chagas Freitas já tinha assumido o comando do partido, com a influência direta de *O Dia*, porque *O Dia* tinha o que oferecer, que era a voz. O sujeito que estivesse com Chagas Freitas tinha uma certeza: seu nome sairia no *Dia*, e naquela ocasião era fundamental sair no *Dia* para se eleger.

Tempos de censura

Como é que os jornalistas de outros órgãos da imprensa viam os jornalistas que trabalhavam n'O Dia na época da ascensão de Chagas Freitas?

Nós tínhamos uma resistência, até de ordem, vamos dizer, ideológica — não quero atribuir à palavra ideológica o peso de uma opção de esquerda —, ao estilo de atuação do Chagas Freitas, mas não aos jornalistas do *Dia*. Não havia motivo. Até porque nós temos consciência — digo por mim, mas tenho a certeza de interpretar a maioria — de que somos empregados dos donos de jornal. Nós temos que fazer aquilo que eles mandarem, ou o que interpretarmos como sendo a vontade deles. Você sente isso no ar. Trabalhar no *Correio da Manhã* era uma coisa, trabalhar no *Globo*, como eu trabalhei também, era outra. Você tem que ter muito mais cuidado no *Globo*. Sem você sentir, isso influi no seu ímpeto.

Mas O Globo abrigou muitos comunistas que saíram ou do Correio da Manhã ou de outros jornais...

É verdade. Vejam bem uma coisa: *O Globo* como empresa acolheu muita gente, Roberto Marinho teve um atrito com Juracy Magalhães em 65 por causa do Franklin de Oliveira, tudo isso é verdade. Houve outros, de que não me ocorrem os nomes, que *O Globo* também acolheu e manteve. Mas isso é *O Globo* como empresa em relação a seus empregados: um comportamento absolutamente correto. Roberto Marinho sempre dava ordem: “Se chegar à administração um fiscal do INSS, fiscal do Fundo de Garantia, fiscal do trabalho, tratar o sujeito como se ele fosse ministro da pasta. Se ele disser: ‘Isto aqui é insalubre’, *O Globo* não discute, paga a insalubridade. Aplicou menos Fundo de Garantia do que devia, manda pagar”. Roberto Marinho é um empregador de extrema correção em relação a seus empregados, de absoluta honestidade em relação aos direitos dos que trabalham lá, sempre foi.

Agora, quando eu digo que o jornalista sente a atmosfera, é quanto à linha do jornal. Hoje está tudo muito mais liberal, mas houve um período em que qualquer coisa no *Globo* era muito mais policiada. E também, naquela ocasião, o embate ideológico era muito diferente do que é hoje. Antigamente, na campanha de 60, o sujeito que falasse em reforma

agrária era considerado quase um comunista. Hoje em dia todo mundo fala aí em reforma agrária. A Igreja tinha medo da reforma agrária e hoje defende a reforma agrária. Enfim, são tabus que caíram com o tempo. Mas a atmosfera da redação freia você, porque o jornalista é um homem extremamente dependente do emprego. Não só do salário. É que o jornalista é jornalista no fundo porque gosta, porque precisa ser jornalista. Ele tem um compromisso com o imediato, com a ansiedade do dia seguinte, com aquela ponte de que falei, entre o ontem e o amanhã. Ele vibra com aquilo, é como se fosse quase uma atividade de arte dele. Ele seria capaz de trabalhar até de graça. Por que os salários são baixos? Por isso, porque o apelo da profissão é enorme. Qualquer pessoa quer entrar na redação de um jornal, é fascinante. Não é apenas para se prestigiar, “sou jornalista, posso dar uma notícia desse ou daquele”. O que eu estou dizendo é que você entra numa redação e vê hoje o que vai sair amanhã. Às vezes, em algumas redações, há pessoas extremamente inteligentes, informais. Essa comunicação, esse aprendizado informal, aprender sem saber que está aprendendo, isso é fantástico. Não tem prova, não tem nada disso. A prova é você, como no futebol: entrou lá e jogou, a prova é essa. O jornalista é extremamente dependente, e tem um cuidado muito grande com a sua atuação para não perder o emprego. Porque se ele perder o emprego, se ele deixar de ser jornalista, cai numa tristeza profunda.

Como era ser jornalista, exercer essa atividade que requer paixão, emoção, debaixo de censura, como aconteceu no regime militar?

Tudo é relativo. Se alguém for trabalhar num jornal, numa rádio ou numa televisão, e achar que pode escrever ou dizer o que quiser, está redondamente enganado, não vai conseguir. Mas nós sabemos que existem brechas, e isso sempre existirá. Toda vontade humana, todo pensamento humano, todo comportamento humano, ao longo da história da humanidade, sempre encontrou uma forma de expressão. Nunca conseguiu ser abafado integralmente, é impossível. Da mesma maneira não se inventou até hoje nenhum sistema de poder capaz de contentar a todos os seus componentes. Isso não existe, nunca existiu, alguém vai ficar de fora, alguém vai ficar contrariado. Mas você sempre encontra uma forma de expressão. Você pensa: hoje não pude dizer isso, mas se eu sair fora daqui, aí mesmo é que vou dizer zero.

Mas no período de que estamos falando chegou-se até à cassação de direitos. Por exemplo, houve o caso de Antônio Callado, que não pôde exercer a profissão.

Claro. Mas no caso do Callado, depois Costa e Silva voltou atrás, é o único caso de revisão de um ato institucional. Costa e Silva cortou os direitos profissionais do Antônio Callado, do Leo Guanabara e mais um jornalista de que esqueço o nome, não sei se fotógrafo ou redator. Mas depois reviu o ato, porque o sujeito vai viver como? E a família? O sujeito só sabe escrever, é jornalista, você diz que ele não pode trabalhar... Não pode! Esse caso foi revisto.

Sofria-se censura, não há dúvida. Por exemplo, em 69 para 70, o assassinato da menina Ana Lúcia em Brasília, um episódio que até hoje me comove. Eu era o subeditor nacional no *Correio da Manhã*, o editor era o João Duarte, já morreu, mas o João Duarte estava velho, não ia muito à redação, ia mas não ficava à noite, e quem fechava era eu. Essa noite veio uma ordem do major Braga, da censura, de não publicar nada a respeito do caso Ana Lúcia, assassinada pelo filho do ministro da Justiça do governo. Uma coisa horrível, uma menina de seis anos, violada e assassinada! Vejam o que era a censura. Mas, o que fazer? Vamos esperar a volta, é como uma luta de boxe, um jogo de futebol, daqui a pouco vamos tentar fazer o que for possível. E essa visão “do que for possível” é que no fundo alimentava e realimentava os jornalistas daquele período. O risco era muito grande.

Por exemplo, em 73 para 74, Afonso Cascon era o editor geral do *Correio da Manhã*, e eu estava na política. Surgiram notícias de que o candidato era o Geisel. Veio uma ordem da censura proibindo qualquer notícia sobre sucessão presidencial, quem vai ser, quem não vai ser etc., mas saiu uma matéria citando uma peça de Oscar Wilde, *A importância de ser Ernesto...* Chegou um dia em que eu disse para o Cascon: “Vamos lá, vamos dar essa: é Geisel.” E botamos. Fomos chamados à Polícia Federal, na rua da Assembléia, e advertidos. O *Correio* foi o primeiro a dar. Não repercutiu mais porque o jornal já estava muito ruim, mas mesmo assim repercutiu.

O que acontecia era que você se compensava, porque a pessoa sempre se compensa de alguma coisa, ou na sua fantasia, ou na sua realidade, dizendo: “Bom, eu estou aqui, há uma censura, há um risco desgraçado, mas também, ao mesmo tempo, testo a minha habilidade de escrever e de dizer coisas”. Alguns anos depois, na *Tribuna da Imprensa*, um dos censores me procurou. Conhecia o nome de família, lembrava-se do meu avô ou do meu tio no Colégio Pedro II, o velho Pedro do Coutto, professor de história, ou o Pedro do Coutto Jr., irmão da minha mãe, professor de português. Eram professores muito conhecidos. O sujeito me disse: “Pois eu lhe digo uma coisa, estamos fazendo força para censurar o senhor e não conseguimos”. Eu tinha uma coluna diária na *Tribuna*, era um risco grande, mas eu saía daqui, ia por ali, e o censor não conseguia me pegar. Porque o censor era um policial. Tanto que, quando disseram que se ia transferir a censura para alguém ligado à cultura, vimos que seria muito pior, porque o cara perceberia muito mais do que o policial. É mais fácil você passar por um policial do que passar por um cara tipo Corção. Com esse não vai passar uma, ele vai perceber qualquer movimento seu.

Enfim, havia essa espécie de válvula de descompressão. Você dizia: “Está aí a censura, está isso, está aquilo, mas amanhã a gente dá isso, depois de amanhã dá aquilo, vamos sair daqui, vamos dar a volta por aqui.” O sujeito começava um artigo elogiando este ou aquele, e no meio metia o que queria. E passava, era um jogo que você estabelecia com certo risco, mas dependia também da maneira leve de escrever. Nem todo mundo conseguia, eu consegui. Mas engrossar não dava. Se o sujeito fosse engrossar, não conseguia fazer esse tipo de cortina.

A crise do *Correio da Manhã*

O senhor credita a crise do Correio da Manhã a uma incapacidade gerencial, à linha política do jornal de oposição ao governo militar,²⁶ ou à combinação das duas coisas?

À combinação. O caso da crise do *Correio da Manhã* vem de mais longe. Pelo seguinte: o dólar no governo JK valia Cr\$ 100,00. Mas o dólar-papel, para os jornais, custava Cr\$ 30,00. Importava-se papel com grande facilidade de câmbio, e isso provavelmente dava margem a manobras paralelas, de grande lucratividade para as empresas jornalísticas, mas ao mesmo tempo reduzia muito o custo de operação. O *Correio da Manhã*, por exemplo, tinha cadernos e mais cadernos nos finais de semana, principalmente aos domingos, quando vendia 140 mil exemplares, 145 mil, numa população de 2,5 milhões — corresponderia hoje a vender três vezes mais, quatrocentos e tantos mil. Era muita coisa. O jornal tinha muita força, muita personalidade, até em função do seu volume de vendas. Mas quando veio Jânio

²⁶ A partir da edição do primeiro Ato Institucional, em 11 de abril de 1964, percebendo que o país caminhava para uma ditadura militar, o *Correio da Manhã* passou a denunciar torturas e arbitrariedades do governo. Em reação a essa postura crescentemente oposicionista, em 7 de dezembro de 1968 uma bomba foi jogada numa agência do jornal, e em janeiro de 1969 Niomar Moniz Sodré Bittencourt foi presa, juntamente com os jornalistas Osvaldo Peralva e Nelson Batista. Ver *DHBB*, op. cit., e Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, op. cit.

Quadros, com a Instrução 204 da Sumoc, terminou o câmbio favorecido da imprensa, e além disso o dólar saltou para Cr\$ 200,00. Isso abalou os jornais, tanto é que a crise começou aí, os jornais começaram a morrer devido às despesas que passaram a ter. Outra coisa foi que no governo Jânio Quadros terminou a isenção do imposto de renda para a imprensa, para os jornais e para os jornalistas. Os jornalistas até não pesariam no custo do jornal pelo fato de pagarem imposto ou não, mas o imposto de renda do próprio jornal, sim.

A partir de 1961, em suma, os jornais passaram a ter que operar como empresas organizadas e, em sua grande maioria, não estavam preparados para isso. Em segundo lugar, as emissoras de televisão — havia a TV Rio, a TV Tupi, veio depois a TV Excelsior, em 65 a Globo — começaram também a dividir, a tirar fatias grandes do mercado publicitário. Os jornais começaram a ter perdas relativas e não se deram conta — *O Globo* se deu — desse custo que era ao mesmo tempo direto e indireto. O *Correio da Manhã* custou a frear os cadernos em excesso que talvez tivesse. Quando o Marcello Alencar esteve lá com o irmão, Maurício Alencar, e o grupo que arrendou o jornal da Niomar, foi a mesma coisa: Reinaldo Jardim convenceu-os a rodar cadernos e mais cadernos, até que, no mês de abril de 1970, me lembro exatamente, o prejuízo foi de 1 milhão de cruzeiros, o que era muita coisa. Aí o grupo que tinha arrendado o *Correio* se apavorou e perguntou: “Onde vamos parar?”

Isso foi de um lado. De outro lado, pesou a posição política do jornal. O *Correio da Manhã* tinha sido o principal jornal do país na queda de João Goulart, com os artigos “Basta!” e “Fora!”, mas não avocou para si nenhuma autoridade por isso. Ao contrário, depois da queda do Jango, ficou contra a ditadura militar — tanto que publicou o editorial “Basta: fora a ditadura!”.²⁷ Começou a largar o cacete nos militares de alto a baixo, como se tivesse sido participante de uma situação deposta, quando na realidade foi o jornal que mais participou da deposição. O *Correio da Manhã* tinha adquirido autoridade para condenar os excessos, inclusive da ditadura, mas em outro tom. Na medida em que acentuou o tom, começou a se agravar um problema que já se vinha fazendo sentir — isso, aliás, está no livro do Jeferson Andrade²⁸ e nos depoimentos que o Bahia deu mais de uma vez —, que era o do cerco publicitário. O poder público era o responsável por 30% dos anúncios do jornal — hoje talvez seja até um pouco mais, não sei —, mas, ao mesmo tempo, as empresas particulares ficavam temerosas de anunciar, porque recebiam telefonemas anônimos, ameaças: “Você está anunciando no *Correio da Manhã*, o *Correio* está nos atacando, você amanhã não espere a concorrência tal, não espere o crédito tal...” O *Correio da Manhã* começou a ter a sua receita restringida por esse motivo, e também pelo fato de não se ter ajustado antecipadamente à situação. Foi fazendo dívidas, dívidas, dívidas. A concordata que a Niomar deixou foi de quatro milhões e duzentos, por aí, e o grupo Alencar teria que pagar em prestações semestrais. Era, na ocasião, muito dinheiro.

A crise do Correio da Manhã na verdade teria vindo sinalizar uma crise mais global, uma necessidade de reconfiguração de toda a imprensa carioca?

Acho que sim. Se bem que a crise não atingiu da mesma maneira outros jornais, como *O Globo*, o *Jornal do Brasil*. O *Correio da Manhã* acabou fechando, mas a *Tribuna da Imprensa* sofreu uma censura brutal e resistiu, não fechou.

O Globo teve um crescimento grande nesse período. Parece que ele se beneficiou de uma boa parte do público do Correio da Manhã e dos próprios incentivos da TV Globo, não?

²⁷ Esse editorial foi publicado em 31 de abril de 1964. Ver Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, op. cit.

²⁸ *Um jornal assassinado; a última batalha do Correio da Manhã*, op. cit.

Sim, mas vejamos. *O Globo* fez uma reforma em 1971 — foi quando entrou o Evandro Carlos de Andrade —, porque o Ibope tinha apontado o seguinte, mais ou menos: *O Globo* tinha uma vendagem em banca no Rio, naquela ocasião, subindo de 100 para 122 mil exemplares, enquanto o *Jornal do Brasil* estava passando de 60 para 86 mil. Vendo que a progressão percentual do *Jornal do Brasil* tinha sido muito superior à do *Globo*, o sistema do Roberto Marinho, ou ele próprio, sentiu a necessidade de uma reforma. *O Globo* então fez a reforma, o Evandro teve êxito total, e isso coincidiu com a queda e o desaparecimento do *Correio da Manhã*, um, do *Diário de Notícias*, dois, do *O Jornal*, três, e do *Diário Carioca*, quatro. Quatro jornais fecharam. O público desses jornais teria que ir para outro, e acabou indo para *O Globo*, muito mais que para o *Jornal do Brasil*. Quando o Evandro assumiu, e um ano depois *O Globo* passou a sair aos domingos, ele abalou seriamente a estrutura do *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* de domingo era uma coisa espetacular e deixou de ser. E também entrou a TV Globo, que começou a anunciar *O Globo*. Naquela ocasião, e até há poucos anos, a TV Globo não aceitava anúncio de outro jornal — agora aceita, até o *Jornal do Brasil* sai de vez em quando, *O Dia* bastante.

De qualquer maneira, em relação ao fim do *Correio da Manhã*, é isso. O *Correio da Manhã* sofreu censura, sofreu suspensão, e sofreu também por posições que adotou mais tarde que não tinham nada a ver com política. Como já disse, desde 69 o jornal tinha sido arrendado ao grupo do Maurício Alencar, que era formado por ele e por um homem chamado Frederico Gomes da Silva, da Metropolitana. Marcello Alencar também participava, não com dinheiro, mas gerindo o jornal para o Maurício. A história é que eles tinham feito um acordo, de apoiar a candidatura Andreazza, que tinha o respaldo total do Costa e Silva. Acontece que os planejamentos existem para não dar certo. Costa e Silva teve o derrame cerebral e ficou afastado. Mas eles tinham assumido o compromisso e acharam que talvez o Costa e Silva se recuperasse, e o Andreazza pudesse tocar a candidatura para a frente. O grupo então arrendou o *Correio da Manhã*, assumiu a dívida, botou os salários em dia, porque havia um atraso, e tocou. Mas escolheu para redator-chefe o pior redator-chefe da história do *Correio da Manhã*, *hors concours*, que era o Paulo Germano Magalhães, filho do Agamenon Magalhães. Tinha sido deputado federal. Não havia condição desse homem dar certo, porque ele não tinha noção de jornal. Ele um dia pegou uma tese da Escola Superior de Guerra, reduziu para 66 linhas e botou como editorial do jornal! Tinha sido feito o editorial, ele achou que não servia, e botou aquilo, que entrou completamente solto no ar. O Paulo Germano também resolveu botar na última página perfis militares com fotos daqueles generais que mandavam aí. Perfis! Mas o que era isso, o jornal não tinha nenhum compromisso com os fatos?! Esse era o Paulo Germano Magalhães. Não podia dar certo sob hipótese alguma essa administração, e ele mandava na redação.

Enquanto Paulo Germano Magalhães era um homem do passado, Reinaldo Jardim era o homem do futuro no projeto gráfico. Era editor do jornal e fazia bolações gráficas fantásticas, difícilíssimas de serem preenchidas. Qualquer coisa, ele rodava mais um caderno. Em abril de 70, como já contei, o prejuízo chegou a 1 milhão de cruzeiros, algo fantástico na ocasião. Reinaldo Jardim era mais um artista, não tinha preocupação com custos, mas o jornal não sentiu a necessidade de adequar o custo à produção. Ainda por cima eles tinham que pagar as prestações semestrais de 700 mil cruzeiros da concordata que a Niomar tinha deixado. No meio disso apareciam dívidas incríveis: um dia um ex-empregado da casa da Niomar foi ao *Correio da Manhã* dizer que tinha sido mandado embora e não tinha recebido. Coisas assim até ridículas, mas que de repente, se alguém assume o passivo, são complicações. Os empresários sabem disso, eles de repente vêem aparecer coisas que não estavam previstas, créditos, confusões, direitos, trabalhou, não trabalhou. É capaz até de

aparecer a amante do ex-diretor: “Eu também queria uma jóia que ele não pagou, agora paga quem arrendou”. É uma coisa louca.

Enfim, não foi só o cerco político que acabou com o jornal. Houve o projeto do Jardim, que foi um descalabro, todo mundo sabe disso. E a situação se agravou na Copa do Mundo de 70, porque o jornal se engajou numa posição contrária à seleção brasileira. Uma das poucas coisas que é uma unanimidade neste país é a seleção. No dia da semifinal com o Uruguai, uma das manchetes da página esportiva era “Uruguai espera vitória” ou algo assim... Logo o Uruguai, que nos derrotou na Copa de 50 aqui, num jogo que foi uma tragédia nacional!

Quer dizer que no final o Uruguai é que foi o grande culpado...

Houve coisa pior. Essa manchete do Uruguai criou uma revolta, os telefones da redação não paravam reclamando, mas a coisa piorou no domingo da decisão. A manchete do jornal, primeira página, foi: “Italianos rezam pela vitória”. Está lá na coleção do *Correio da Manhã*, é fácil comprovar o que estou dizendo. Quando o leitor sentiu que o jornal estava contra a seleção, houve cancelamentos de assinaturas às pencas, e o índice de vendagem foi parar lá em baixo. E não foi por nenhum motivo político, não foi por nenhum motivo de cerco publicitário. No caso nem foi pela gestão administrativa, que também era caótica, porque os sujeitos não entendiam nada. O problema era da redação! Não havia um redator-chefe que visse essa manchete do esporte! João Máximo era o editor de esporte, responsável por essa manchete, nesse dia. Isso foi um rombo no jornal, maior até do que os erros da administração, porque as próprias agências de publicidade sentiram que o jornal tinha perdido espaço, perdido público. A publicidade estava ali em função do número de leitores e do poder aquisitivo deles. Se baixa o número de leitores tão acentuadamente como baixou, o espaço publicitário tinha que se desvalorizar. Não havia como sustentar isso.

O erro, no *Correio da Manhã*, foi das pessoas da administração ou da redação? Há sempre uma briga, o sujeito da administração é contra o da redação, tem até mesmo inveja, não gosta, acha que o administrador está ali fazendo um favor. O jornal é escrito, estou cansado de dizer isso! O jornal é feito por jornalistas, não é feito por administrativos! Mas não adianta, o administrador quer sempre achar que ele é o salvacionista da situação e que, se deixar por conta da redação, ela vai dar com os burros n’água — o que às vezes é verdade.

O erro essencial da vida humana, seja na política, na administração, no futebol, no casamento — isso então! —, é pensar que as coisas são isso *ou* aquilo. Não é verdade, a vida não é isso *ou* aquilo, a vida é isso *e* aquilo. Você tem que colocar as alternativas. Se eu disser: foi a posição da Niomar que arrebitou o jornal. Foi. Foram os ataques alucinados. Foram. Há um artigo magnífico, que saiu poucos dias antes do Ato 5, “O culpado”, do Franklin de Oliveira, sobre a bomba que jogaram na agência do *Correio da Manhã*, onde é *O Globo* hoje, Rio Branco esquina de Almirante Barroso. Outro dia eu li o artigo, uma maravilha do Franklin, uma coisa perfeita, magistral. Aquilo irritou ainda mais os militares. E a manchete da Copa, do Uruguai? E os cadernos que o Reinaldo Jardim rodava a três por quatro sem sustentação publicitária alguma? “Faz um caderno Grandes Reportagens, isso mesmo, GR” — desenhou na minha frente. Torquato Neto, poeta, passou a ser um personagem da história do *Correio da Manhã* fantástico. Um dia apareceu um sujeito, não sei indicado por quem, certamente por um dos sócios da Metropolitana, para fazer coluna social. O nome dele apareceu no alto de uma página, desenhado. O cara nunca tinha entrado em jornal nenhum!

A seu ver, portanto, foi realmente uma combinação de fatores que acabou com o Correio da Manhã.

Sim, essas coisas todas conduziram o jornal à falência, não foi uma coisa só. Tinha a atuação alucinada da Niomar, de fato, provocando muito, enfrentando, não se ajustando, se isolando — porque ela também só sabia atuar no confronto, na destruição. Embora tenha construído o Museu de Arte Moderna, não tinha apelo pela construção. Ao contrário, tinha apelo pelo choque, pela pancada, pelo desafio. É uma pessoa intimidativa, porque a parada com ela não é mole, não. Em matéria de mulher não há nada igual. E de homem também. Ela era até muito semelhante ao Carlos Lacerda nesse tipo de coisa.

Niomar, cerco publicitário, projeto alucinado do Reinaldo Jardim, comportamento da edição de esporte que foi danoso... Houve um momento em que vários fatores negativos convergiram, como num conto de Agatha Christie. O destino uniu os incompetentes no caso do *Correio da Manhã*. Você não sabe se é esse ou aquele, é tudo isso que eu estou dizendo.

Quando o senhor saiu do Correio da Manhã?

Saí no dia 8 de julho de 1974, quando o jornal morreu. O jornal morreu na minha mão. Fui, juntamente com o Cascon, o editor da última edição do *Correio*.

O senhor foi para O Globo ou para a Tribuna?

Eu já estava no *Globo* desde 1972, fazia os dois jornais. Quando o *Correio da Manhã* acabou, fiquei no *Globo* normalmente. Um ano depois houve um desentendimento lá, porque eu era ao mesmo tempo funcionário da Assembléia Legislativa, como sou até hoje, aposentado. Meu nome saiu no *Diário Legislativo*, um jornalista do *Globo* pegou aquilo e entregou no jornal, estava querendo me derrubar. Daí para a frente houve dificuldades para eu continuar, porque havia essa resistência a você ser funcionário. Fui demitido do *Globo* em 75 e fiquei colaborando na *Tribuna da Imprensa*, numa coluna lá, me distraindo. E ao mesmo tempo, ainda nesse período, em 1976, fui nomeado diretor de comunicação da LBA.

A fusão

Em 1975 foi feita a fusão da Guanabara com o estado do Rio. Como os jornais cariocas se comportaram nesse episódio?

Não houve grande resistência, mas eu pessoalmente sempre combati a fusão. Sempre parti da colocação de que 2/3 do ICMS — que é o principal imposto — de todo o estado do Rio após a fusão seriam gerados, como são até hoje, na antiga Guanabara. A fusão prejudicou incrivelmente a cidade do Rio de Janeiro e distribuiu recursos para o antigo estado do Rio, mas pulverizando-os muito. Naquela ocasião eram 62 ou 63 prefeituras, hoje acho que são 91. Parece aquilo que o Rottschild disse numa entrevista na França, quando estava instalando uma empresa. Havia muitos esquerdistas na entrevista, e perguntaram: “O senhor, que é um homem tão rico, por que não distribui o dinheiro que tem entre os franceses?” Ele respondeu: “Podia fazer isso, mas não ia adiantar nada. Tenho aqui aplicados neste empreendimento 80 milhões de dólares.” A França, naquela ocasião, tinha 40 milhões de habitantes. “Se desse US\$ 2,00 a cada francês, eu teria distribuído os 80 milhões. Mas no café da manhã do dia seguinte os 80 milhões se teriam pulverizado. Ao passo que 80 milhões aplicados num empreendimento vão render em empregos, em economia, em impostos, através do tempo, muito mais do que essa divisão que vocês estão propondo”.

O caso da fusão do Rio de Janeiro é exatamente o mesmo: dividiu-se o bolo produzido pela cidade do Rio de Janeiro por uma série de municípios, e o que aconteceu? Nenhum município do interior alavancou-se por isso, e a cidade do Rio de Janeiro teve uma perda extraordinária de recursos que não foi compensada até hoje. Gerar 60% do ICMS e passar a receber 20%, foi uma queda muito grande. Tão grande que a própria Lei Complementar nº 20, que é a lei da fusão, previu durante vários anos uma redução gradativa

da perda do ICMS. Mas ainda assim a imprensa não combateu a idéia da fusão em nenhum momento.

O Globo deu muito espaço para Eugênio Gudin, que escrevia uns artigos contra a fusão...

Gudin escrevia os artigos dele, mas *O Globo* como jornal, como editorial, não deu combate à fusão, como também não apoiou de maneira entusiasmada. Aceitou. *O Jornal do Brasil* fazia restrições, mas não houve um grande movimento. A imprensa acabou aceitando a fusão como fato consumado, sem maior implicação. Mesmo porque a época era difícil, era a época do Geisel, ainda havia militarismo, havia censura... Tinham também criado a *pizza*, que era uma modalidade de vender papel a um custo mais barato para as empresas jornalísticas bolada pelo Delfim Neto. A *pizza* dividia em fatias as importações favorecidas de papel jornal. Isso foi tornado público mais de uma vez. A imprensa estava portanto dependendo do governo. Havia problema disso, daquilo, de medo, a transição democrática ainda não se tinha verificado, os atos institucionais ainda estavam em vigor... Tanto que o Geisel usou tudo isso em 77, quando o Congresso rejeitou a reforma do Judiciário.²⁹

O senhor acha então que a situação nacional teria ofuscado a questão da política local, mesmo num debate tão importante?

Acho que sim. A questão local, a questão municipal, deixou de ser uma preocupação grande. E ao mesmo tempo havia a tese absurda do Golbery, que era considerado um gênio, mas a meu ver não era gênio coisa nenhuma: “Precisamos fazer um estado grande para confrontar São Paulo...” Idéias assim, sem nenhuma viabilidade prática. “Assim fechamos o vale do Paraíba, porque senão depois São Paulo vem pelo vale do Paraíba, e a federação balança... É preciso estabelecer um equilíbrio, um epicentro...” Aquelas coisas: arco da sociedade, epicentro não sei de quê. Coisas que não têm nenhum nexos com a realidade, podem ter na filosofia, mas não têm na política. Qualquer passo que se dê no campo político, se tem que buscar sempre algo viável, e não a coisa vã, não a coisa que fica no ar, no espaço. A política será eternamente a busca de uma satisfação, a procura de um caminho, de uma trilha viável para alguma coisa. Não é dizer por dizer, como agora o Kandir: “Ah, vou reduzir o ICMS na exportação, e vai ser uma maravilha, porque as exportações brasileiras vão crescer, e depois a gente compensa os estados”. As exportações não cresceram e não se compensaram os estados coisa nenhuma. São Paulo perdeu 700 ou 900 milhões, e está aí o Mário Covas chorando.

Após a fusão, como se estabeleceu a convivência entre a imprensa carioca e a do antigo estado do Rio?

Pegando o anuário da mídia, você verifica que há 50 jornais e outras tantas rádios nas cidades pequenas do estado do Rio de Janeiro. O jornalismo nunca se integrou. Tirando *O Fluminense*, que é forte em Niterói mas entra pouquíssimo no Rio, nenhum jornal da imprensa do antigo estado do Rio sequer arranhou o poder dos jornais da cidade do Rio. Os jornais de Miracema, de Friburgo, de Caxias, de Nova Iguaçu, o *Hoje*, por exemplo, sequer pensaram em chegar ao mercado do Rio de Janeiro, até porque seria impossível. São jornais comunitários, no fundo, jornais importantes, que têm uma vendagem de 10, 20 mil exemplares em alguns casos, mas que são locais, paroquiais. Nunca conseguiram abalar nada. Não conseguiram sequer conviver, porque não se aproximaram da imprensa do Rio de Janeiro.

²⁹ Em abril de 1977, fazendo uso do AI-5, o presidente Geisel colocou o Congresso em recesso e decretou uma série de medidas que se tornariam conhecidas com o nome genérico de “pacote de abril”. Uma delas determinava que 1/3 dos senadores passaria a ser eleito de forma indireta. Esses senadores seriam batizados com o nome de “biônicos”. Ver *DHBB*, op. cit.

Ao contrário, os jornais da cidade do Rio de Janeiro conseguiram penetrar mais no antigo estado do Rio, e isso talvez até tenha ajudado a fusão. *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e *O Dia* expandiram bem as suas posições, ampliaram muito o mercado, principalmente *O Globo* e *O Dia* na Baixada Fluminense. Em outras localidades, como Friburgo, Teresópolis, você verifica que *O Globo* e o *Jornal do Brasil* também têm uma rede de distribuição boa. Mas os jornais locais, como *A Voz da Serra*, de Friburgo, nem chegam ao Rio de Janeiro, ficam circunscritos às suas cidades. O *Diário de Petrópolis* não chega ao Rio.

É interessante como a imprensa do antigo estado do Rio mantém até hoje o interesse pelas questões locais. Por exemplo, a melhor cobertura do Legislativo estadual é a do O Fluminense.

Eu acredito que *O Fluminense* tenha essa cobertura porque ficou uma tradição de o jornal cobrir a Assembléia Legislativa. O dono, Alberto Torres, meu amigo, era político, foi deputado federal. Mas *O Fluminense* também é um pouco arcaico, principalmente na parte visual. Eu disse ao Alberto Torres que o jornal precisava de uma paginação mais leve, mais aberta. A paisagem horizontal é sempre mais bonita que a vertical. Os símbolos que eles usam parecem até o Brizola falando, são um negócio muito do passado. A comunicação visual é muito importante, é preciso ter símbolos atuais. Imagine você entrar numa reunião e ter lá símbolos do Império. Não dá! Ainda mais um jornal exposto nas bancas. O logotipo d'*O Fluminense* é o que há de mais arcaico, é do século passado, da *belle époque*, no máximo.

O *Jornal do Commercio* também tem símbolos que mostram que ele ainda não se libertou do passado. O jornal está fazendo 170 anos agora, é o segundo mais antigo do país — o primeiro é o *Diário de Pernambuco* —, e a paginação ainda é a mesma do tempo em que se anunciavam escravos... Antigamente o jornal trazia anúncios de escravos, trazia muitas coisas que são até fontes de referência, lei disso, lei daquilo. Antes da Abolição houve não sei quantas leis, entre elas uma do senador Eusébio de Queiroz. A mulher dele e a filha passavam de charrete não sei por onde, e havia uns escravos, homens e mulheres, expostos à venda nus, como era prática na ocasião. A mulher ficou horrorizada e ele fez uma lei proibindo que o leilão fosse feito com os escravos despídos para que a pessoa visse a força, o corpo, ou lá o que quisesse do homem ou da mulher. O *Jornal do Commercio* noticiava tudo isso, e havia anúncios que parecem esquisitíssimos: como seria possível anunciar um ser humano porque tinha bons dentes, era um homem forte? Era um escravo.

O Fluminense e o *Jornal do Commercio* conduzem a essa atmosfera do passado. Não se trata de defender coisas modernas, e sim um jornal que tenha um logotipo atual, dentro da linguagem visual, que tenha clareza, tenha leveza, tenha uma arquitetura da paginação. Isso é o que facilita o acesso. Os símbolos muito antigos obscurecem a imagem que se quer comunicar.

O caráter local da imprensa fluminense talvez traduza também a própria prática política do estado. A representatividade do antigo estado do Rio é grande, em relação à da cidade do Rio, por causa do caráter quase distrital da votação. Esse seria efetivamente um dado da cultura política do antigo estado do Rio que não estava presente na Guanabara?

Acho que sim. O estado do Rio tinha a paróquia, o município, não tinha cidades cosmopolitas como o Rio de Janeiro. Por isso é que o estilo de comando da política carioca por Chagas Freitas era um estilo ligado ao poder mais rural do que urbano.

Chagas Freitas x Amaral Peixoto

Como foi o embate entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto³⁰ a partir de 1975? Eram dois chefes políticos, Amaral com a tradição fluminense, e Chagas com a tradição carioca, mas que de alguma maneira se encontravam. Como a imprensa acompanhou esse confronto?

A coisa começou na convenção do MDB de 1975, que a Justiça anulou. O pessoal do Amaral, para derrubar o caciquismo do Chagas, que dominava o diretório da fusão, resolveu lutar pelo comando do diretório. Aliás, essa foi uma das minhas falhas no jornalismo, porque eu tive ali a sensação de que ia haver alguma coisa. Havia uma briga muito grande entre as correntes, e na antevéspera da convenção, sexta-feira, estava tudo tão calmo que eu disse: “Não é possível, eles estão tramando algo. Só pode ser uma coisa: vão exigir que o eleitor esteja em dia com o partido”. Mas não sei por que não fiz essa matéria para *O Globo*. No domingo, não deu outra. Eu era do MDB e quando fui lá votar vi que havia uma confusão. Eu estava em dia e votei. Mas havia uma confusão geral porque o Amaral deu um golpe no Chagas com esse motivo: não permitiram o voto de quem não estivesse em dia. A Justiça anulou a eleição porque, mesmo que alguém não estivesse em dia, tinha que haver um guichê ao lado, para o sujeito poder pagar e votar. O relator foi o Fonseca Passos, um bom, um grande juiz, até pela sua simplicidade e clareza. Não complicava coisas fáceis.

Mas em 1978 já houve um acordo, tanto é que o Chagas voltou como candidato ao governo do estado tendo como vice um amaralista, Hamilton Xavier. Um homem que foi capaz de dizer que preferia errar com o Amaral a acertar sozinho...

E enquanto isso Amaral Peixoto foi escolhido senador biônico.

Sim, mas aí o Chagas exigiu. Amaral ia disputar a eleição e Nelson Carneiro seria o biônico. Mas o Chagas não aceitou o Nelson biônico, e então o Amaral trocou. Aí o Chagas os traiu e apoiou a Sandra Cavalcanti contra o Nelson Carneiro. Inventou até declarações do cardeal dom Eugênio Sales, botou-as no jornal, mas não adiantou. Nelson Carneiro ganhou a eleição disparado.

Eu era membro da convenção do MDB, e na ocasião vieram propor tirar o Nelson Carneiro e botar não sei quem, um tal de Abissâmara, irmão daquele do *O Cruzeiro*. Eu disse: “Ah, não!” Uma coisa louca! Nelson Carneiro não foi constituinte em 46, mas assumiu o mandato de deputado federal como suplente; teve uma derrota em 54, mas depois se elegeu; em 70 foi eleito senador; em 78 os chaguistas querem cassar a candidatura do senador na convenção? Não dá para entender! Botar o Abissâmara? O cara veio falar comigo. Eu disse: “Olha aqui, não posso assinar isso, porque nesse caso *eu* seria candidato ao Senado. Por que você? Acho que estou em melhores condições de ser senador do que você. Não senhor, vou

³⁰ Ernani do Amaral Peixoto nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 14 de julho de 1905. Oficial de Marinha, em 1933 foi nomeado ajudante-de-ordens do presidente Getúlio Vargas. Às vésperas da implantação do regime do Estado Novo foi nomeado interventor federal no estado do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o fim do regime ditatorial de Vargas, em 1945. Em 1939 casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente da República. Foi deputado federal pelo PSD fluminense (1946-1950), governador do estado do Rio de Janeiro (1951-1955), foi embaixador do Brasil nos EUA (1956-1959), ministro da Viação (1959-1961) e da Reforma Administrativa (1963) e ministro do Tribunal de Contas da União (1961-1962). Foi presidente nacional do PSD de 1952 a 1965. Esteve na Câmara dos Deputados entre 1963 e 1971, e durante esse período assumiu a organização do MDB fluminense, pelo qual se elegeu senador em 1970. Após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, disputou o comando do partido com o cacique carioca Chagas Freitas. Foi indicado senador biônico em 1978. Em dezembro de 1979 participou da fundação do Partido Democrático Social (PDS). Faleceu em 12 de março de 1989. Ver *DHBB*, op. cit.

votar no Nelson Carneiro!” Saí, fui ao escritório na Álvaro Alvim, estavam lá o Amaral e o Nelson Carneiro, e assinei a sublegenda do Nelson Carneiro. Disse que ele teria o meu voto não só na convenção como também na urna. Não era possível, o homem era senador e agora queriam tirá-lo e pôr qualquer um que passou ali na rua! Não podia ser isso! O direito é uma questão de bom senso também, não se pode cometer absurdos. Afinal Nelson Carneiro ganhou na urna, derrotou o chaguismo, e Amaral foi biônico sem fazer força na campanha. Nelson Carneiro ganhou na tal passeata que tinham proibido por iniciativa do próprio governo Chagas Freitas. Nelson Carneiro rompeu, os jornais noticiaram aquilo como uma grande coisa, e ele ganhou a eleição disparado.

Embora Chagas tivesse apoiado Nelson Carneiro em 70, não gostava dele. Em 70 começaram a dizer: “Reinaldo Santana, não sei quem, Danton Jobim...” Chagas olhou e disse assim: “Essa chapa, para ganhar, não dá. Tem que ter um nome que imante. Não gosto dele, mas é o Nelson Carneiro”. Aí *O Dia*, num domingo, abriu a matéria: “Nelson para o Senado”. E contratou o Miguel Gustavo, que era um gênio e fez um *jingle* fantástico, muito bom. Quando ele morreu, a *Manchete* até fez uma matéria com um título ótimo: “Miguel Gustavo: a vida curta como um *jingle*”.

O senhor atribui a vitória de Chagas sobre Amaral em 1978 à força do jornal O Dia ou à força política da Guanabara sobre o estado do Rio?

Às duas coisas. Chagas Freitas tinha metido a cunha no amaralismo porque *O Dia* tinha o que oferecer, e o amaralismo não tinha mais nada, a não ser currais de votos. *O Dia* punha o nome do sujeito no jornal, e o Chagas operou bem por aí. Depois, na convenção que foi feita, com eleição geral mesmo, para valer, nos diretórios, Chagas venceu por larga margem de votos. Derrotou o Amaral e fez maioria dos delegados, que foi o que garantiu a sua volta em 78.

A associação entre um político forte e um jornal parece ter sido mais direta no Rio do que em qualquer outro lugar do país. Lacerda tinha a Tribuna da Imprensa, Chagas Freitas tinha O Dia... A que o senhor atribui essa relação tão direta?

George Galvão, d’*O Radical*, eleito deputado federal em 50 junto com Getúlio, é outro exemplo... O que acontecia era que naquela ocasião, pelo fato de o Rio ser uma metrópole, a questão da comunicação coletiva, da comunicação de massa, já se fazia sentir mais do que em outros lugares. Se você tem municípios com poucos eleitores, consegue estar *full time* ali e falar com todos eles durante o período da campanha. Vai aqui, vai ali, fala com 20 hoje, reunião na casa de fulano, na casa de sicrano, galpão não sei onde, churrasco, feijoada, você fala com as pessoas pessoalmente. Mas, na medida em que a cidade é maior e que o eleitorado, portanto, também é muito maior, você não tem como fazer isso. Antigamente, em 1950, um deputado federal podia se eleger com algo em torno de 4 ou 5 mil votos; muitos se elegeram assim. Mas hoje em dia você tem que se eleger com 25, 30 mil. Não há condição de você falar com 30 mil numa campanha de deputado numa cidade grande. Demoraria quantos meses?

Então, no Rio, como a cidade tinha um eleitorado muito grande, a tendência natural era usar um veículo de massa para poder se comunicar com o maior número possível de pessoas. Em outras cidades o sujeito se elegia com votos paroquiais, votos de circunscrições, era mais fácil. Você tinha uma comunicação direta com o eleitor, e o jornal, ou a televisão, ou o rádio, eram menos importantes. Mas na cidade do Rio de Janeiro, em que você disputava 1 milhão de votos, como era o eleitorado de 60, como você ia falar com 1 milhão de pessoas? Não havia condição. Não havia tempo físico que garantisse uma comunicação dessa ordem.

Sempre houve, no Rio, esse pensamento de que era preciso ter uma comunicação muito mais maciça do que em outros lugares. Lacerda, por exemplo, tinha a *Tribuna da Imprensa*, mas não foi um fenômeno apenas da *Tribuna da Imprensa*. Ele falava todo dia na Rádio Globo, na pregação golpista de 55 tinha um acesso muito grande a *O Globo*, tinha acesso à TV Tupi, que era a única que existia no período de 51... Não era só a *Tribuna*, ele tinha outros meios de comunicação que também usava.

A volta de Brizola

Chagas Freitas parece ter exercido muito bem o controle do seu eleitorado através d'O Dia até 1982, quando não conseguiu eleger o seu sucessor. Como foi isso?

O que aconteceu foi o seguinte. Chagas tinha no Miro Teixeira um filho. Arrancou a campanha, lançou Miro candidato, mas de repente o candidato, deixando-se levar pelos “luas pretas”,³¹ começou a enveredar por outro caminho. Convenceram o Miro de que ele era um líder de esquerda e de que o Chagas ia pesar contra. Até que um dia ele fez um debate na televisão com a Sandra Cavalcanti e reconheceu que o Chagas era um produto da ditadura. Chagas, de fato, embora fosse de um partido de oposição, era mais governista do que muitos governistas. Tinha relações com os meios militares, principalmente com o general Orlando Geisel, que em 71 foi à posse dele no Rio e não foi à posse de nenhum outro. Houve um problema qualquer, Sizen Sarmento, que era comandante do I Exército, não iria, e o próprio ministro disse: “O senhor vai à posse e eu vou também.” E foram à posse do Chagas Freitas no Palácio Guanabara — eu assisti, estava lá.

No segundo governo, Chagas Freitas, que era um líder de estilo rural vivendo numa sociedade urbana, planejou a sua sucessão, mas as contradições surgiram. E já tinham surgido, porque em 74, no encerramento no Rio da campanha do Ulisses Guimarães e do Barbosa Lima Sobrinho, Chagas chegou ao ponto de mandar fechar a sede do MDB na rua Almirante Barroso, para não receber os anticandidatos à presidência da República. O presidente regional do partido, que depois foi conselheiro do Tribunal de Contas, Reinaldo Santana, fechou e deu férias aos funcionários. Ulisses queria encerrar a campanha com um ato no Palácio Tiradentes, mas também não foi possível porque o Chagas deu ordem a quem presidia na ocasião, não sei se era o Pascoal Citadino, para que fizesse obras, ou pintura, ou lavagem do prédio, e fecharam o prédio. Vejam a que ponto chegava o esquema chaguista. Os candidatos Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho encerraram a campanha de 74, a anticampanha, com um almoço na Casa da Suíça, com o Clube dos Repórteres Políticos — eu estava lá. Foi a forma que eles encontraram. Por uma ironia do destino, foi muito melhor do que se tivessem feito no Palácio Tiradentes, porque a repercussão no dia seguinte foi muito maior. Estavam lá repórteres de todos os jornais.

Algum jornalista, em 1982, teve feeling para perceber a ascensão de Brizola?

Sim: eu. Senti que o Brizola vencia desde o momento em que a campanha começou. Senti o seguinte: Brizola era um peso pesado, como no boxe. Os que disputavam com ele não podiam se igualar a ele, nem em história política nem em coisa nenhuma.

Mesmo estando ele alijado dos meios de comunicação de massa? Ele não tinha jornal...

Mesmo assim, não havia como. Havia o horário gratuito, e o Brizola só poderia crescer. Era um homem que tinha a história da posse do Jango, que tinha tido quase 1/3, quase

³¹ Os chamados “luas pretas” eram os assessores de Miro Teixeira na campanha de 1982, oriundos de organizações políticas de esquerda. A origem do nome foi uma anedota corrente na época, segundo a qual a confiança de Miro nesses assessores era tão grande que ele seria capaz de jurar que a lua era preta se eles assim o orientassem. Ver *DHBB*, op. cit.

30% dos votos no Rio em 1962. Era um candidato de oposição tanto ao Chagas quanto ao Moreira Franco. A imprensa cobriu bem a campanha. *O Globo* apoiava o Moreira Franco, mas o *Jornal do Brasil* apoiava o Brizola.

O senhor, como é sabido, nessa eleição fez as suas famosas pesquisas. Voltava a eleição direta, e as pesquisas tiveram um peso importante no vaivém de Brizola e Moreira.

Fiz as minhas projeções, sim. Mas, interessante, sempre senti que o Brizola, que tinha saído com 6%, ia subir. Só podia subir. Estava havendo indefinição, junto às classes pobres havia espaços muito abertos. Brizola tinha uma história política e estava enfrentando adversários muito fracos para a categoria dele. A categoria dele é outra. Ele é um homem, afinal, que poderia ter chegado a presidente da República. Foi enfrentar quem? Miro Teixeira, Sandra Cavalcanti... Eram adversários fracos para ele, muito fracos. Moreira até surpreendeu. Sempre sustentei que nos dias finais da campanha Brizola teria uma tendência de crescimento muito grande, como sempre acontece com os candidatos preferenciais da classe pobre. Ao falar sobre uma professora que trabalhava como servente, Brizola se emocionou. Foi naquele debate da Globo que ele passou para a frente nas pesquisas. E Miro Teixeira, depois do rompimento com o Chagas, ficou sem apoio. Chagas ficou possesso e cortou a coluna dele n' *O Dia*. O jornal passou a noticiar por igual Brizola, Miro e os outros. O próprio Chagas disse numa matéria n' *O Dia* que todos os quatro, Lisâneas inclusive, estavam com condições de governar o estado. Ora, uma declaração dessas desabou o Miro. O Miro só não desabou mais porque o voto era vinculado. Se você permitisse que o cara do PMDB desse o voto ao Brizola, Brizola teria ganhado muito mais facilmente do que ganhou. O partido dele era fraco no Rio, não tinha estrutura. Mas o PMDB tinha. Os 20% que o Miro teve não foram votos dele, foram votos da estrutura do partido no Rio.

A imprensa cobriu os últimos dias da campanha de uma certa forma prevendo os estertores do regime militar, com a volta de Brizola. Mas também havia um clima de muita tensão. Já havia a perspectiva de fraude?

Não.

Como transcorreu a identificação do erro no programa da Proconsult? ³² *Sabemos que o senhor se envolveu muito nisso, e parece que o Jornal do Brasil também teve um papel decisivo nesse episódio.*

Teve. Paulo Henrique Amorim, que era o editor do *Jornal do Brasil*, me chamou e tivemos uma conversa — ele, Hedy Rodrigues Valle Jr. e aquele que tem nome de poeta, Ronald de Carvalho. Eu, que sempre prestei atenção nos votos brancos, disse: “Olha, só há uma maneira de se fraudar eleição: é preencher o voto branco. Não existe outra. Se eu emendar um voto, deixo prova de que foi emendado. Mas se eu preencher um voto branco, não há prova nenhuma”. Vejam o caso da Bahia, do Ornelas contra o Waldir Pires:³³ em

³² Durante a apuração das eleições de 1982, os computadores da Proconsult, firma contratada pelo TRE para somar os votos no estado do Rio de Janeiro, apresentaram um erro de programação que prejudicava Leonel Brizola, candidato do PDT, transformando parte de seus votos em abstenções, o que resultaria na eleição de seu maior adversário, Moreira Franco, candidato do PDS. O desvio foi descoberto por técnicos em computação da firma Sysin, a serviço do PDT, na madrugada de 26 de novembro, e reconhecido, dois dias depois, pelo coronel da reserva Haroldo Lobão, responsável pelo programa da Proconsult. Desencadeou-se, a partir de então, uma onda de especulações a respeito de uma fraude premeditada para impedir a vitória de Brizola. Ver *DHBB*, op. cit.

³³ Na eleição para senador na Bahia em outubro de 1994, a primeira vaga coube a Antônio Carlos Magalhães, do PFL. A segunda foi arduamente

alguns lugares, o voto branco vinha dando 10, 12%, de repente dá 2%, e o Ornelas tem até mais voto que o Antônio Carlos... É evidente que preencheram o voto branco. Mas você não tem prova, não deixa rastro, é só fazer um x. Continuei: “Então, prestem atenção. Se o voto branco baixar, é porque roubaram”. A Rede Globo botava na frente as áreas em que o Moreira estava mais forte e não apurava os votos da Baixada e da cidade do Rio. Brizola estava com 42% aqui e 50 na Baixada, mas estava fraquíssimo no interior: em 1/4 do eleitorado tinha 9%. Era uma sexta-feira, e eu disse: “Se não fraudarem de hoje para amanhã, não fraudam mais. Enquanto o voto branco ficar como está,” — estava dando 6% — “está tudo tranqüilo, o Brizola ganha. Podem manter a projeção”.

Sábado cheguei no jornal, estacionei o carro e, quando entrei, soube que um grupo da administração estava questionando as minhas pesquisas. O diretor da computação, Tadeu Lanes, mandou dizer que queria falar conosco. Disse o Amorim: “Você vai lá com o Hedyl.” Fomos, e o Lanes disse: “Você sabe, a responsabilidade do *Jornal do Brasil* é muito grande, ele vai fazer 100 anos daqui a dois anos... A sua metodologia da percentagem se baseia na projeção do Ibope, mas o sistema da Proconsult é diferente...” Perguntei: “Sim, e daí?” Ele: “Por exemplo, São João de Meriti, você está considerando Baixada. A Proconsult botou no interior. Isso dá uma diferença”. Eu disse: “Não, nenhuma. Se você puser São João de Meriti no interior e não na Baixada, acontecem duas coisas. Primeiro, diminui a diferença do Moreira sobre o Brizola no interior e diminui a diferença do Brizola sobre o Moreira na Baixada. Mas o resultado é o mesmo”. E continuei: “Olha, Tadeu, não adianta invocar sistema Pert, porque eu conheço isso por alto, são sistemas de computação que permitem a você interferir no processo: eu ligo o computador e vejo que não entraram as sacas de cimento por m² que deviam entrar, e então joga esses dados lá. Vou interferir no processo. Mas no processo de apuração de votos eu não posso interferir, não importa o sistema. Se você puser o sistema de computação mais adiantado do mundo e eu sozinho apurando os votos na minha casa, vou demorar um ano, enquanto o computador poderá terminar talvez em duas horas, mas o resultado será o mesmo, porque nem eu nem o computador podemos mudar o que se votou, não é isso?” O Hedyl disse: “Vamos ficar com a projeção dele”.

No dia seguinte, domingo, a manchete do *Jornal do Brasil* foi: “Brizola confirma vitória. Margem deve ser de 126 mil votos”. Essa projeção era minha. Eles bancaram a projeção, e o resultado foi não 126, mas 121, ou algo assim. O acerto foi muito grande, e o *Jornal do Brasil* até usou aquilo como publicidade durante vários dias: “O *Jornal do Brasil* errou por zero vírgula não sei o quê”. Mas não era nada difícil. Você estava com uma apuração em torno de 20 ou 25%, 1/4, voto majoritário: era só multiplicar tudo por quatro e se chegaria ao mesmo resultado, a diferença era mínima.

A sensação que se tinha naquela época era de que, ao lado da disputa Moreira-Brizola, começou a haver uma disputa Jornal do Brasil-O Globo. Porque se via uma coisa na TV Globo e outra coisa no Jornal do Brasil...

Era isso. *O Globo*, e principalmente a Rede Globo, estavam integralmente, como o próprio Brizola disse, empenhados num resultado. Não tenho dúvida quanto a isso. Não é possível que as pessoas que dirigiam o jornalismo da Globo, no caso o Armando Nogueira, não tivessem percebido isso. Até mesmo porque houve uma briga com aquele que era considerado bruxo, Homero Sanches, porque o Homero chamou a atenção do Brizola para

disputada por Waldir Pires, do PSDB, e Waldeck Ornelas, do PFL. Waldir Pires chegou a estar na frente em vários mapas apresentados pelo Tribunal Eleitoral, mas os resultados divulgados nove dias depois do pleito acabaram por dar a vitória a Ornelas por uma diferença de 3 mil votos. Houve polêmica a respeito da contagem dos votos. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

isso e foi demitido da Rede Globo. Mas o projeto de fraudar só seria viável se os fraudadores pudessem ter acesso aos votos brancos. Hoje em dia não há mais isso com esse sistema aí da Unisys, mas antigamente a única forma de você fraudar um resultado era preencher voto branco.

Imprensa e política no estado do Rio de Janeiro hoje

Como o senhor vê hoje o peso da política local na imprensa do Rio de Janeiro? Parece que está diminuindo o espaço da discussão local nos jornais...

Está muito diminuído. A política local perdeu importância, as coisas se transformaram em rotina, e a Assembleia Legislativa perdeu a força. Não apenas de fazer a lei ou de mudar a lei, mas de convencer a opinião pública das suas posições. No tempo do Lacerda, a oposição perdia as votações mas o sujeito saía na rua: “Esse Lacerda é isso, é aquilo, quer impor não sei o quê, jogou os mendigos no rio da Guarda...” Atualmente nada repercute. O centro político do estado perdeu o poder de percussão, perdeu a ressonância. Antigamente havia uma cobertura designada fixamente para a Assembleia Legislativa, hoje não existe mais. Hoje, só *O Fluminense* mantém o dia-a-dia.

Se, do ponto de vista do jornalismo, há no estado do Rio de Janeiro um predomínio da imprensa carioca, do ponto de vista da vida política parece que há um predomínio do lado fluminense. Ou seja, há na Assembleia uma super-representação do interior do estado em relação à cidade do Rio.

Sem dúvida. O Rio hoje deve estar minoritário nos 70 deputados. Deve ter, no máximo, 25 cadeiras das 70. Ou 30, estourando.

Será que o jornalismo político carioca não se desinteressa da vida política do estado porque ela não diz respeito apenas à cidade do Rio de Janeiro, mas também a outras regiões fluminenses?

Sim, mas também porque há uma inação, um conformismo, um desencanto. Vejam bem: Brizola ganhou a eleição de 82 e foi uma decepção; Moreira Franco decepcionou; Brizola voltou e foi um desastre absoluto; agora está o Marcello Alencar, mas a insatisfação do funcionalismo é grande, os salários estão congelados. Enfim, o que há com o eleitor, também, é que ele está sentindo que os seus problemas não são resolvidos pelas administrações públicas, que a violência aumenta, a insegurança aumenta, o salário não é reajustado. O sujeito se sente numa fila que não anda. Isso está contribuindo para tirar o interesse pela política. O eleitor tem que renovar as esperanças a cada eleição. Renova, o candidato eleito vai lá para cima e não faz nada, não resolve nada, fica para a próxima. No Brasil o problema essencial é que o ato não corresponde à palavra, a pessoa anuncia uma coisa e faz outra.

Em termos, não institucionais, mas de cultura política, o senhor acha que a fusão está consolidada?

Acho. Qualquer volta agora seria o caos absoluto. Inclusive paralisaria as cidades fluminenses, que teriam evidentemente perda de receita. Se se voltasse a fazer a divisão tributária como era antes de 75, se reduziria à metade a receita de todas as cidades fluminenses. Não há como voltar, é impossível. É como diz aquele belo verso do Nelson Motta: “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará”. E depois: “Tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo. Tudo muda o tempo todo no mundo...” Esse verso, inclusive, é a melhor síntese que já se fez até hoje do jornalismo. E da política também.